



Educação e Cidadania

Ampliando os espaços de inclusão

Antônia Solange Pinheiro Xerez



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Reitor

José Jackson Coelho Sampaio

Vice-Reitor

Hidelbrando dos Santos Soares

Editora da UECE

Erasmus Miessa Ruiz

Conselho Editorial

Antônio Luciano Pontes

Eduardo Diatáhy Bezerra de Menezes

Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso

Francisco Horácio da Silva Frota

Francisco Josênio Camelo Parente

Gisafran Nazareno Mota Jucá

José Ferreira Nunes

Liduína Farias Almeida da Costa

Lucili Grangeiro Cortez

Luiz Cruz Lima

Manfredo Ramos

Marcelo Gurgel Carlos da Silva

Marcony Silva Cunha

Maria do Socorro Ferreira Osterne

Maria Salete Bessa Jorge

Silvia Maria Nóbrega-Therrien

Conselho Consultivo

Antônio Torres Montenegro (UFPE)

Eliane P. Zamith Brito (FGV)

Homero Santiago (USP)

Ieda Maria Alves (USP)

Manuel Domingos Neto (UFF)

Maria do Socorro Silva Aragão (UFC)

Maria Lírída Callou de Araújo e Mendonça (UNIFOR)

Pierre Salama (Universidade de Paris VIII)

Romeu Gomes (FIOCRUZ)

Túlio Batista Franco (UFF)

Educação e Cidadania

Ampliando os espaços de inclusão

Antônia Solange Pinheiro Xerez



Educação e Cidadania: Ampliando os Espaços de Inclusão

© 2014 *Copyright* by Antônia Solange Pinheiro Perez

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – *Campus* do Itaperi – Reitoria – Fortaleza –
Ceará

CEP: 60740-000 – Tel: (085) 3101-9893. FAX: (85) 3101-9893

Internet: www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



Coordenação Editorial

Erasmio Miessa Ruiz

Diagramação

Samuel dos Santos Rodrigues

Capa

Samuel dos Santos Rodrigues

Revisão de Texto

Sandra Helena Lima Marinho

Ficha Catalográfica

Francisco Leandro Castro Lopes CRB 3/1103

X6e Xerez, Antônia Solange Pinheiro.

Educação e cidadania: ampliando os espaços de inclusão / Antônia Solange Pinheiro Xerez. – Fortaleza: EdUECE, 2014.

153 p. : il.

ISBN: 978-85-7826-206-8

1. Educação – filosofia. 2. Cidadania. 3. Política e educação. I. Título.

CDD: 370.1

A você que acreditou neste trabalho e
colaborou para sua efetivação.

Agradecimentos

No momento de agradecer lembro dos muitos que, direta ou indiretamente, contribuíram para realização deste trabalho. A todos, meu mais sincero reconhecimento. Alguns, entretanto, não podem deixar de ser citados nominalmente.

Meus pais, Florival Pinheiro e Zilmar Bezerra, meu marido Washington Prado de Xerez, filhos, Elias Xerxes, Ana Caroline e Cristiane, netos, Mariana e João Pedro, minhas irmãs, Regina, Liduina, Régia, Aila, Rita e Geilha, e demais membros da família, bem como os amigos, pelo apoio e compreensão nas minhas ausências.

O Prefeito de Aratuba, Dr. Júlio César Lima Batista, o Secretário de Educação Básica, Professor Raimundo Araújo, a Professora Maria Isilda Barbosa e todo corpo técnico/administrativo daquela Secretaria, pela colaboração decisiva para a realização da pesquisa de campo deste trabalho.

À Professora Alzira Lobo de Arruda Campos, da Universidade São Marcos (São Paulo), minha orientadora, pelas preciosas discussões e indicações de leituras que me possibilitaram construir a dissertação de mestrado, que se transformou na primeira parte deste livro.

Às Professoras Sandra Moreira, Juceli Lima, Socorro Lucena Lima, Isabel Sabino de Farias, Gorete Bezerra e Eliane Pinheiro, pelas valiosas sugestões, contribuições efetivas, apoio e orientações prestadas.

Aos amigos de Aratuba, especialmente os que contribuíram diretamente como informantes desta pesquisa, por confiarem no meu compromisso de utilização das informações aqui registradas de forma ética, e pelo carinho que me cumularam, durante minha estada no locus do trabalho.

Apresentação

Educação Acompanhamos a trajetória acadêmica da Solange há mais de dez anos. Chamamos a atenção neste percurso sua persistência e busca de afirmação na docência e na pesquisa do ensino superior, a incansável procura de caminhos e possibilidades de qualificação e competência. Este livro é um dos resultados da tenacidade e a luta que caracteriza a autora e um passo a mais na caminhada por ela traçada. Da escrita da monografia para a docência, da docência para a dissertação de mestrado, do mestrado para o livro Solange nos leva a fazer um exercício de alternância, em cujos fios sua profissionalidade é tecida e se faz visível.

Quando ingressou por concurso na função de professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE) consegue demonstrar em suas práticas pedagógicas, o compromisso de contribuir com os seus conhecimentos para a educação cearense. Dessa forma, nos brinda com esta produção sobre educação e cidadania no Brasil e o Programa de Nucleação das escolas de Aratuba. A autora nos convida para um diálogo sobre as

políticas municipais. São ainda contemplados os estudos sobre os programas e projetos implementados naquele município, bem como as questões ligadas à formação de professores pelo Programa de Nucleação.

O livro retrata a caminhada da Solange nas suas reflexões trazidas do curso de Direito, na defesa por uma sociedade mais justa, nos seus princípios éticos de educadora preocupada com a escola pública de qualidade, em que o profissional docente não precise enfrentar o dilema: Como o professor poderia falar de cidadania, se a sua própria cidadania nem sempre é respeitada?

A autora caminha na direção de fazer uma reflexão fundamentada em uma avaliação crítica sobre a realidade das escolas, diante da implantação e implementação das reformas da educação ocorridas a partir de 1990. Que sejamos aprendizes do olhar pedagógico, da atitude de enfrentamento aos desafios e de compreensão da realidade, que hoje nos instiga a participar desse debate.

Profa. Dra. Maria Socorro Lucena Lima

Prefácio

Há muito tempo o homem já sabe que educação é uma das “chaves” principais que mobiliza a realização de conquistas, tanto individuais como coletivas. Essa certeza fez com que tal concepção fosse ao longo da história, apropriada pelos mais diversos modelos teóricos educacionais e de gestão política que se traduziam, entre tantas vertentes, na educação formulada como “investimento produtivo” identificada na teoria do capital humano, na educação “apropriada” para ricos e pobres consubstanciada no modelo dual durkheimiano, na vertente gramsciana que agrega o trabalho como princípio educativo, enfim, na educação como “ferramenta” doutrinadora, e outras tantas concepções correlatas. O que é evidente, no entanto, é que o reconhecimento de todos os gestores de políticas educacionais, pais, educadores e estudantes, não foi até hoje, no Brasil, suficiente para que a educação tivesse, de fato, um investimento dos poderes públicos no sentido de resgatá-la para além dos 97% de matrículas no ensino fundamental, quantidade relevada em detrimento da qualidade, como todos por aqui,

sabem muito bem. A educação básica pública no Brasil, ainda não “deslanchou” em termos de eficácia do desenvolvimento pessoal e social. Por que isso acontece? Faltam recursos, competências ou estruturas?

O trabalho de Solange Xerez, “Educação e Cidadania: Ampliando os espaços de inclusão”, expõe com clareza, utilizando uma linguagem doura, mas que pode ser compreendida por todos aqueles que se interessarem em encontrar as respostas para as questões postas. Expõe a contradição existente entre se valorizar educação na retórica e não legitimá-la com uma execução responsável, prática espreada por quase todo o País. Educação de qualidade desdobra-se em cidadão consciente de seus direitos, participativo, questionador, capaz de interferir nos caminhos já estabelecidos previamente pelos poderes constituídos. Educação é cidadania, essa é uma das respostas às questões colocadas, encontrada pela autora.

O modelo de nucleação das escolas em Aratuba que Solange enfoca, depois de dedicar-se por mais de quatro anos em pesquisa marcada metodologicamente pelo rigor científico, ainda horizontaliza um longo caminho a percorrer, mas, indica

um contexto diferenciado no sentido de tornar a educação um verdadeiro instrumento de emancipação humana.

Cabe destacar, no entanto, que a educação isoladamente é insuficiente para realizar tal tarefa. Outras instituições sociais devem ser modificadas. O mérito é relevante, no entanto, já que é consenso que, investir em educação cidadã já é um excelente começo. Resta torcer para que a experiência de Aratuba seja multiplicada em outros municípios cearenses.

Sandra Helena Lima Moreira

Doutora em Educação, professora de Sociologia Jurídica do curso de Direito da Faculdade Christus

Lista de abreviatura e siglas

CE – Ceará

CF – Constituição Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNDEF – O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IPLANCE – Instituto de Planejamento do Ceará

Km – Quilômetro

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MAGISTER – Programa de Formação de Professores para o ensino básico em nível superior licenciatura Plena

PROARES – Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento da Criança e do Adolescente

SEDUC – Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

Lista de figuras

Figura 1 – A Cidadania no Brasil	29
Figura 2 – O Município de Aratuba	50
Figura 3 – Mapa do Município de Aratuba.....	51
Figura 4 – Unidade de Saúde da Família	58
Figura 5 – O Programa de Nucleação das Escolas	65
Figura 6 – A Escola Professora Maria Júlia	68
Figura 7 – A Formação do Professor no Programa de Nucleação em Aratuba	98
Figura 8 – Ampliando os espaços de inclusão	118

Lista de quadros

Quadro 1 – Relação das Escolas Nucleadas	68
Quadro 2 – Relação das Escolas Isoladas	69
Quadro 3 – Número de Matrículas de 1996 a 2001	86
Quadro 4 – Relação das Escolas Nucleadas	132
Quadro 5 – Relação das Escolas Isoladas	132

Quadro 6 – Relação das Escolas Nucleadas em 2003.....	132
Quadro 7 – Demonstrativo de Aprovação, Repetência e Evasão.....	133
Quadro 8 – Número de Matrículas de 1996 a 2003.....	136
Quadro 9 – Demonstrativo do Quadro Funcional.....	139

Lista de tabelas

Gráfico 1 – Número de Alunos Matriculados de 1996 a 2001	86
Gráfico 2 – Pontos Positivos Apontados pelos Professores nos Cursos.....	112
Gráfico 3 – Pontos Negativos Apontados pelos Professores nos Cursos.....	113
Gráfico 4 – Demonstrativo da Taxa de Aprovação, Repetência e Evasão.....	133
Gráfico 5 – Número de Alunos Matriculados de 1996 a 2003	137

Sumário

Introdução	17
1. Cidadania no Brasil.....	29
2. O Município de Aratuba	50
3. O Programa de Nucleação das Escolas	
Municipais de Aratuba.....	65
3.1. Nucleação Consolidada.....	66
3.2. A Implementação das Escolas Nucleadas	75
3.3. Sistema Anterior à Nucleação das Escolas	
em Aratuba e seus Alunos	86
4. A Formação do Professor no Programa	
de Nucleação em Aratuba.....	98
4.1. A Formação de Professores.....	99
4.2. A Formação do Professor pelo Programa	
de Nucleação em Aratuba.....	108
4.3. Avaliação dos Professores sobre	
os Cursos de Formação	110
5. Ampliando os Espaços de Inclusão	118
5.1. Programas e Projetos Implementados para	
o Desenvolvimento Social de Aratuba.....	124
5.2 . Amostragem Quantitativa do Cenário da Pesquisa..	131
Conclusão.....	140
Bibliografia Consultada.....	144

Introdução

O tema deste livro pode parecer, à primeira vista, redundante, tal o uso e o abuso que se tem feito acerca das relações entre educação e cidadania.

Ao assumi-lo, no entanto, como objeto de estudo, pretendeu-se verificar os limites e as possibilidades que a prática social de Aratuba apresenta, no sentido de adequação do paradigma educação e cidadania proposto pelo poder público municipal de um pequeno município do interior cearense, que vivencia as experiências de implantação de nucleação das escolas municipais.

Ao proceder desse modo, buscou-se contribuir para o esclarecimento de dois temas que se apresentam simultaneamente em boa parte das discussões que tanto preocupam os setores educacionais no Brasil: educação e cidadania. O conceito de cidadania aqui utilizado não é trabalhado em sua gênese histórica da sociedade grega antiga onde foi forjado pelos filósofos clássicos, mas, rastreado nas revoluções burguesas do Século XVIII, que firmaram um compromisso de direitos iguais para todos, ainda que só no plano formal.

Nas grandes campanhas de alfabetização das populações e nas lutas que levaram à introdução

das massas populares o conceito de “povo”, a educação estendeu-se como um imperativo da cidadania no Ocidente Europeu.

O Brasil, como uma Europa de além-mar, absorveu os conteúdos do conceito de cidadania com o atraso provocado pela permanência do regime colonial e, sobretudo, em face da escravidão adotada socialmente. Assim, por mais de 400 anos o país fundamentou-se como uma sociedade de exclusão: de escravos, mulheres, crianças, trabalhadores, minorias étnicas, sexuais, políticas, etc.

Exclusões e excluídos protagonizaram longas lutas sociais que se refletiram na história brasileira desde 1500, tendo sua gênese na escravidão de índios, depois de negros e trabalhadores, que cristalizam a reprodução do preconceito.

Nos governos militares que arbitrariamente se instalaram no Brasil, essas lutas foram sufocadas para, em seguida, com o processo de reabertura democrática, serem neutralizadas com uma suposta liberdade e igualdade instituída, suposta porque circunscrita ao plano formal. Na realidade, continuaram sendo suprimidas não mais pela força da ditadura mili-

tar, mas, pelas políticas públicas globais que o País adotou (econômicas, políticas e socioculturais) que, de fato, inviabilizam a inclusão social. Por outro, atuam como “colchão amortecedor” porque atendem pouco a pouco reivindicações superficiais que arrefecem os ânimos reivindicatórios, mas, não mudam a estrutura econômica e social que gestam a exclusão, portanto, não resolvem o problema e não libertam o povo.

Após os últimos governos militares no Brasil, essas lutas foram sufocadas, contraditoriamente, pelo clima democrático que se instaurou com a Constituição Federal de 1988, também denominada de a “Constituição Cidadã”¹.

Nesse sentido, a exclusão e os excluídos passaram a ser mais transparentes e expostos pela abertura política, mas, andando na contramão de um sistema social cada vez mais excludente, foram banalizados diante do grave quadro de miséria social a que a população está exposta. Portanto, os excluídos que “preocupam” situam-se no nível da miséria absoluta.

Educação e Cidadania, par de palavras intensamente utilizado na composição da fraseologia

1 Também denominada Constituição Coragem pelo constituinte Ulisses Guimarães, Presidente da Câmara em inusitado prefácio da Lei Maior, na edição de seus primeiros exemplares – Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

oficial, encanta ideologicamente o povo. A necessidade, contudo, de prover a sobrevivência imediata, aliada a pouca conscientização dos setores sociais excluídos, não permite desvendar o verdadeiro sentido ou noção real dos conceitos, por conseguinte, uma *praxis* social mais efetiva em busca do seu alcance.

Esta análise busca verificar em que medida a cidadania, supostamente conquistada pelo povo brasileiro na realidade das lutas sociais e na teoria legal e jurídica da Constituição de 1988, encontra-se espelhada através da Educação, no Município de Aratuba. De um lado, no campo das leis que disciplinam a prática educativa e, de outro, parte dessa mesma prática analisada nas vivências escolares.

Trata-se de pesquisa que se situa na encruzilhada de várias ciências, uma vez que elege um dos chamados temas “totais”. Assim, teóricos da História, da Política e da Sociologia são chamados para, junto com os educadores, dialogar e ajudar a compor os necessários alicerces para a reflexão aqui realizada. É preciso ressaltar que a hierarquia da cidadania, relativamente à condição de classe, assume um papel privilegiado nesta análise.

Delineia-se em Aratuba um cenário que se espelha nos demais, vivenciados pelo Brasil a fora.

Educação e Cidadania, apesar dos inegáveis avanços, têm um longo caminho a percorrer, no qual devem andar de mãos dadas com outras forças sociais de inclusão: desenvolvimento econômico, intelectual, cultural e humano.

A escolha do tema **Educação e Cidadania** no Município de Aratuba passa, primeiro, pela história pessoal da pesquisadora e sua identificação com o magistério.

A preferência pelo Município de Aratuba² como objeto de estudo da pesquisa empírica ocorreu por vários motivos, sendo o mais decisivo o fato de haver ministrado, pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, em janeiro de 2001, a Disciplina **Estrutura do Ensino Fundamental e Médio**, no Curso de Pedagogia (licenciatura plena), destinado aos professores municipais de Aratuba.

Anteriormente, havia ministrado essa Disciplina, e também **Sociologia da Educação**, nos Cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e em outros municípios cearenses, como Iguatu (distante 400 quilômetros de Fortaleza), Caruiçaba (a 420 quilômetros da Capital) e Acopiara (à 390 quilômetros de Fortaleza), - locali-

2 Município do interior do Ceará, localizado na região serrana de Baturité, distante 134 quilômetros de Fortaleza, com 12.527 habitantes e economia predominantemente agrícola.

zados no sertão central do Ceará –, igualmente nos municípios de Ipu, a 311 quilômetros de Fortaleza, situado na zona norte do Estado, Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, e também no Município de Fortaleza, capital do Estado.

Em todos os municípios citados, nos quais viveu-se a experiência como professora do Curso de Pedagogia, sempre procurou-se abordar com os alunos o tema **Educação e Cidadania** dentro da escola e comunidade, na formação do aluno cidadão.

Esses questionamentos levaram a buscar apoio teórico em autores que tratam desse tema e, assim, a intenção de conciliar o que se observou nas políticas educativas com os conceitos e definições empregados para os temas relativos à cidadania – dos quais educação é um dos centrais – tornou-se um grande desafio a ser melhor compreendido num trabalho de pesquisa.

A escola é o espaço que tem como função social ensinar essa estimulação, a autonomia de auto-construção, a consciência política e social porque cidadania é algo construído e conquistado através da plena consciência dos direitos e deveres, e da criticidade do mundo em que se vive. E a escola é, por conseguinte, o lugar onde os professores aprendem também.

Nas reflexões em sala de aula, sempre procurou-se questionar com os professores/alunos a vivência da cidadania, indagando como esta vinha se efetivando na prática cotidiana e quais suas dificuldades e possibilidades. Enfrentou-se o dilema: como o professor poderia falar em cidadania, se a sua própria cidadania nem sempre é respeitada?

O interesse por Aratuba foi motivado pela curiosidade de conhecer o Programa de Nucleação das Escolas Municipais, uma prática diferenciada da existente nos demais municípios cearenses citados anteriormente, onde foram ministradas aulas no Curso de Formação de Professores. Tentando juntar os estudos sobre cidadania com o trabalho nos cursos para professores, emergiram as grandes questões como a que se formula agora: até que ponto os professores de Aratuba estão preparados para efetivar um ensino de qualidade?

Achou-se relevante pesquisar se os professores das escolas nucleadas de Aratuba estão sendo formados para atender a essa demanda e, se a qualidade pedagógica que o Programa de Nucleação propaga é vivenciada na prática, buscando detectar ainda suas dificuldades e possibilidades no âmbito da formação docente, com a finalidade de apresentar e materializar as devidas soluções.

O Programa de Nucleação das Escolas Municipais de Aratuba consiste na regionalização das escolas com melhor estrutura física e pedagógica para atender maior número de crianças e adolescentes com transporte, merenda escolar, assistência médica e odontológica e professores qualificados.

Este trabalho tem como referência empírica o relato dos professores e atores sociais desse município cearense, localizado no maciço de Baturité, zona norte do Estado do Ceará, a 134 quilômetros de Fortaleza.

A conjunção de problemas pesquisados consistiu na reflexão sobre o sistema de ensino em Aratuba, com o Programa da Nucleação de Escolas e a formação dos professores para atender a essa demanda, com a qualidade propagada pelo prefeito e secretários municipais, no desempenho de políticas públicas educacionais.

Nesse sentido, as metas deste trabalho voltam-se para conhecer as dificuldades da implantação desse novo sistema de escolas e considerar o nível de formação técnica que os professores do Município estão recebendo e, por conseqüência, se os docentes se acham aptos ao desempenho de suas atribuições nas escolas nucleadas.

A abordagem metodológica partiu de um estudo de caso, "recortando" o Município de Aratuba e suas

vivências educacionais, políticas e sociais, cuja metodologia utilizada permitiu estudar as intervenções nas relações sociais que o Projeto de Nucleação desenvolve, considerando os depoimentos dos envolvidos mediante a aplicação de questionários, entrevistas e observação participante.

O procedimento metodológico permitiu análise de natureza qualitativa e quantitativa, através de dados colhidos no questionário aplicado a 24 professores de um universo de 108 docentes do Município acerca dos cursos que estão formando os professores, seus pontos positivos e negativos, e as possibilidades da escola com o Programa de Nucleação, além das entrevistas realizadas com outras pessoas da comunidade.

Foram distribuídos 35 questionários, o que representa 32,4% da população pesquisada. Destes, foram devolvidos apenas os 24 citados em virtude de inúmeros obstáculos, notadamente no que concerne à dificuldade de acesso e comunicação na zona agrária do Município. À pesquisa científica se afigura, contudo, que um percentual de 22,2% do universo é suficiente para a aferição dos fins desejados, de acordo com Bogdan e Biklen (1991, p. 72), já que para uma pesquisa que agrega também dados qualitativos, este valor é considerado representativo.

Para tanto, organizou-se um quadro conceitual sobre **cidadania no Brasil e formação de professores**, realçando-se alguns teóricos e estudiosos do assunto, como Paulo Freire, Ubiratan D’Ambrósio, Terezinha Rios, Socorro Lucena Lima, Rubem Alves, Yeda Porto, Gilberto Freyre, Eduardo Vieira, Liszt Vieira, além de discussões com as Professoras Doutoras Alzira Lobo de Aruda Campos, historiadora estudiosa do tema e Coordenadora do Programa de pós-Graduação da Universidade São Marcos – São Paulo, e também valiosos debates teóricos com a Professora Sandra Moreira, que valoriza a obra com a assinatura do prefácio.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram os professores que definiram como benefício para a comunidade a nucleação das escolas e os dos Cursos de Licenciatura Plena, como inclusão e possibilidade de “visão mais ampla do contexto ensino/aprendizagem”. O Prefeito Júlio César Lima Batista, também foi entrevistado e definiu o Programa de Nucleação como estratégia de políticas públicas, visando melhorar a qualidade do ensino e a inclusão de crianças e adolescentes na escola.

A pesquisa bibliográfica fez parte da fase preliminar, porquanto deu suporte teórico aos

questionamentos que se realizaram, os quais em grande parte foram refletidos em sala de aula durante o Curso de Mestrado da Universidade São Marcos, em cuja oportunidade discutiu-se temas relevantes da educação brasileira: formação de professores, cidadania, descumprimento das leis, exclusão social, democracia, e outros itens que estão na pauta da vivência dos educadores e intelectuais.

Estruturalmente, este livro está dividido em cinco capítulos. O primeiro, historiciza um pouco a cidadania no Brasil e a influência cultural da colonização brasileira. O segundo, contextualiza Aratuba e relata um pouco de sua história, delineando também sua feição socioeconômica no âmbito do Maciço de Baturité³.

No terceiro capítulo, aborda o Processo de Nucleação das Escolas, sua consolidação, a implementação, e relata o *modus faciendi* do sistema anterior das escolas isoladas.

O quarto capítulo, delinea a formação do quadro docente da rede municipal, os cursos e instituições presentes na vida dos professores, ao tempo em que se examina analiticamente as avaliações procedidas pelos sujeitos desse conhecimento.

3 Região serrana do Ceará composta de 13 municípios, denominada Maciço de Baturité.

A última parte do livro foi escrita posteriormente, depois de quase dois anos de realização da pesquisa. Constitui mais um capítulo que contempla o cenário atual em Aratuba e mostra os novos programas de inclusão social.

No capítulo de remate, relata-se a trajetória, elementos da observação participante e as possibilidades e limites que Aratuba oferece para a efetivação da educação básica, complementando com as pesquisas recentes e dados atualizados do sistema educacional.

Espera-se que esta contribuição sirva de incentivo para se continuar pesquisando o assunto, melhorando a realidade educacional brasileira, bem como a expectativa, de que o presente trabalho, possa influir junto a outros pesquisadores, para, servindo-se dos indicadores, examinar sob a mesma temática outros municípios do Ceará no aspecto de nucleação, formação docente e cidadania no cotidiano, sempre perseguindo o *status* de cidadão social e politicamente bem situado.



I

A Cidadania no Brasil

Este livro analisa dois aspectos fundamentais da vida social: educação e cidadania. Reconhece-se o amplo leque de abordagens sobre essa temática, mas, sua originalidade reside no recorte ou delimitação das margens de investigação cujo enfoque privilegia a educação no Município de Aratuba, seu modelo de política pública que utiliza como estratégia escolas **nucleadas** e o respectivo processo de inclusão social.

As fontes teóricas utilizadas na abordagem do tema cidadania são formadas por pensadores que contribuíram na cristalização do pensamento social brasileiro, destacando-se Gilberto Freyre, especialmente em sua obra **Casa Grande e Senzala**, que analisa a escravidão no Brasil retratando a exclusão social que serviu de base para a educação nacional, e que reflete seus efeitos até hoje. Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Marilena Chauí e Paulo Freire, são outros autores que se debruçam sobre a formação cultural, política e social da sociedade brasileira, por esta razão estão presentes como referência nas reflexões aqui realizadas.

Os 400 anos de escravidão no Brasil constituem elemento histórico que representou e ainda representa um obstáculo poderoso para a conquista da cidadania pelo povo brasileiro. O exercício

da cidadania social, nas palavras de Roberts (1997, p. 5-22), depende da participação de todos, uma vez que os direitos sociais são obrigação do Estado e da comunidade. A solidariedade social compõe a base que assegura o pleno uso da cidadania.

Os direitos sociais demonstram uma natureza mais coletiva do que os direitos civis e políticos, conforme demonstra Vieira (2000, p. 22).

[...] os direitos sociais, foram conquistados no século XX a partir das lutas do movimento operário e sindical. São os direitos ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego, enfim, a garantia de acesso aos meios de vida e bem-estar social.

A cidadania contempla os direitos civis, políticos e sociais. Os civis são considerados direitos de primeira geração, surgidos no Século XVIII, correspondendo aos direitos individuais de igualdade, liberdade de ir e vir, propriedade e direito à vida e à segurança.

Os direitos políticos foram alcançados por volta do Século XIX e se referem à liberdade de associação, reunião de organização política e sindical, à participação política e eleitoral, bem como ao sufrágio universal. São chamados de direitos individuais, mas exercidos coletivamente.

A conquista dos direitos sociais registra-se no Século XX a partir das lutas dos movimentos operário e sindical. São os direitos ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego, enfim, a busca de garantia de acesso aos meios de vida e bem-estar social, que são essenciais para a melhoria da “qualidade de vida”. São direitos de segunda geração e que demandam do Estado uma presença mais forte para que possam se efetivar, indo hoje de encontro à razão neoliberal que preconiza um Estado mínimo.

As lutas pela liberdade e igualdade ampliaram os direitos civis e políticos de cidadania denominados de terceira geração, expandiam os direitos sociais, isto é, uma expectativa de direitos das chamadas “minorias” – mulheres, crianças, idosos, grupos étnicos restritos e sexuais – reclamados nas lutas sociais, e os ecológicos, o direito ao meio ambiente sadio.

Na luta por direitos surgiram os conflitos, mas, um Estado democrático é aquele que considera o conflito legítimo e procura instruir a sociedade a participar de **direitos universais** reconhecidos formalmente, ou seja, um meio ambiente saudável, a paz, a solidariedade e o respeito às culturas etnográficas.

A esfera pública não se restringe somente ao Estado, é a dimensão que produz as decisões da sociedade. Esta tomada de decisões pode ser mais pública, de forma mais coletiva, transparente e participativa, ou mais de âmbito privada, mais obscura, sem a legitimidade do espaço democrático. É fundamental que pessoas e grupos se organizem para defender os direitos sociais e a questão ambiental e lutem pela paz, pelos direitos humanos, junto com os grupos institucionalizados que estudam e defendem esses assuntos no cotidiano.

Os indivíduos e grupos devem exercer os seus direitos de se organizarem em associações, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, constituindo um contrapoder social que limite o poder instituído e permita a legitimidade do estado democrático de direito. No Brasil, por exemplo, ainda não se vivencia a plenitude democrática de direitos.

No estado de direito, planifica-se o princípio de que a liberdade prevalece sobre a autoridade. O poder do Estado está respaldado na imposição da lei, que deve ser originária da representação popular para dar legitimidade ao estado de direito, que deve ser articulado com o estado democrático.

Qualquer país que se afirma em princípios do estado de direito e social deve estar comprometido

do com as garantias e liberdades dos direitos fundamentais, e só se legitima se a lei for expressão da vontade popular. Quando isso não ocorre, há conflito social, crise nas instituições às margens desses interesses. O controle do Poder Legislativo é exercido pela crítica emitida da opinião pública através da liberdade de imprensa e do pluralismo partidário, etc.

Considera-se uma sociedade democrática aquela na qual ocorre participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões. No Brasil e na América do Sul como um todo, não há estado de direito pleno. Só a sociedade democrática pode dar sustentação a esse perfil de Estado.

A legislação brasileira contempla os direitos sociais, tendo como esteio principal a Constituição Federal de 1988, também denominada de Constituição Cidadã, que no título **Da Ordem Social**, dedica cinco artigos à **saúde** - os artigos 196 ao 200 - e, igualmente, ocupando-se em dez artigos do assunto **educação**.

Mesmo existindo esse disciplinamento legal, não se vivencia na prática a efetividade total dessa determinação, fato constitutivo de uma constante busca da melhoria da qualidade do atendimento para diminuir a exclusão social e estabelecer um sistema de garantia de direitos e proteção integral

e integrada, forçando o papel do Estado como mantenedor dessa proteção.

Em referência ao atendimento à Educação, tem-se a Lei nº 9.394/96, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que explicita:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I. Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Os que não puderam ter acesso à educação na “idade própria”, como se refere o pressuposto legal ora citado, já tiveram um direito negado. O Art. 4º. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, portanto, já subentende o reconhecimento da não-cidadania.

Constata-se ainda no Brasil elevado índice de analfabetos, adultos e crianças que são excluídos das escolas por não terem acesso a esse direito social tão propagado nas leis, mas, sem garantia no que concerne à sua eficácia, aplicabilidade e cumprimento, como se referem Dimenstein (1999, p. 23), Freire (1999, p. 47), Valla e Stotz (1993, p. 85) e outros estudiosos do assunto. O maior proble-

ma hoje, no entanto, não se refere tanto ao acesso, mas, a deficiência do ensino, a escola desatrativa que causa evasão elevada, a dispersão, além de outros fatores paralelos gravíssimos como a inserção de drogas e de atitudes violentas.

Ao analisar o que preconiza a Lei 8.069/90, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que consolidou os direitos da criança e do adolescente, percebe-se que esta consubstanciou-os em sujeitos de direitos e estabeleceu um sistema de garantia de direitos de proteção integral do Estado.

Nesse caso, o ECA produziu um paradigma na doutrina jurídica brasileira, no que tange aos direitos da criança e do adolescente, rompendo com a aceção de “menor em situação irregular” para criar o “sujeito de direitos exigíveis em lei”, fato considerado um marco da cidadania brasileira. Vale lembrar, também, as dificuldades em efetivá-lo no cotidiano.

Com o ECA, crianças e adolescentes não são mais tratados, no plano da lei, como objetos passivos da intervenção do Estado ou como aptos a serem enclausurados em instituições por estarem em “**situação irregular**”, conforme legislação anterior.

Percebe-se, no entanto, a distância entre a teoria e a prática, e a dificuldade da sociedade brasileira vi-

venciar o que é disciplinado nas suas leis. Os artigos 3º e 15º do ECA rezam, verbis:

Art. 3º. - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade [...]. (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, p. 2).

Art. 15º. - A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e a dignidade como pessoas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, p. 5).

Na prática brasileira esses dispositivos legais não são honrados, o que levou Dimenstein (1988, p. 35) a denominar o brasileiro de “O Cidadão de Papel”, já que este usufrui de cidadania plena só no papel.

O Estado, segundo argumentação de Brancato (1998, p. 61), possui fins a cumprir, denominados jurídicos e sociais. Os fins jurídicos estão vinculados à garantia da ordem interna, da soberania, do ordenamento jurídico e distribuição da justiça. Os fins sociais efetivam-se em parceria com a iniciativa privada, necessitando da marcante presença do Estado para assegurar os princípios de proteção social.

A exclusão e inclusão acompanham a vida social e institucional brasileira de forma diferenciada, refletindo-se nas classes sociais, nas relações de gênero, nas raças, religiões, econômico e cultural, refletidas na educação formal e informal de baixa qualidade, que dificulta o exercício da cidadania.

O Brasil, só passou a cumprir direitos sociais legais a partir da Constituição de 1934, que instituiu nos títulos relativos à **“Ordem Econômica e Financeira e à Ordem Social”**, capítulos referentes à educação e à saúde.

Foi também a Constituição Federal de 1934 que institucionalizou o direito de voto por intermédio do sufrágio universal para o gênero feminino, até então excluído de escolher os seus representantes políticos.

Diante desta constatação, compreende-se a fragilidade da sociedade brasileira em conquistar

os seus direitos e vivenciar a sua cidadania, já que a herança cultural dificultou o acesso democrático aos direitos sociais conquistados lentamente, por falta de uma base educacional de consciência crítica dos direitos e deveres do cidadão, no que concerne à participação da sociedade civil nas decisões políticas.

Desse modo, para que se entenda a situação vivenciada hoje no Brasil, é necessário reaver o desenvolvimento histórico e cultural que sedimentou os processos social e educacional até o momento. Nesse particular, não se pode deixar de pedir subsídios ao pensador brasileiro Gilberto Freyre (1954, p. 4) que retrata a realidade de dominação e formação cultural, vivenciada no Brasil-colônia, por volta dos Séculos XVI e XVII. Diz ele:

Formou-se na América Tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhum do português cosmopolita e plástico do que pelo exclusivo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial

do que pelo braço e pela espada do particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi, desde o primeiro século, elemento decisivo de formação nacional, sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias e autônomas: senhores de engenho com altar de capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens, donos de terras e de escravos que dos senados de Câmara falaram sempre grosso aos representantes d'el-Rei e pela voz liberal dos filhos padres ou doutores clamaram contra toda espécie de abusos da Metrópole e da própria Madre Igreja.

Para Freyre, a aristocracia colonial mais poderosa da América é fundada na família rural ou semi-rural com um perfil tão dominador que “só faz sombra ao domínio da Igreja”, pois é de conhecimento público a influência da Igreja Católica na colonização do Brasil. Para que se entenda melhor esta situação, o autor ainda assinala:

[...] A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é, desde o século XVI, o gran-

de fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase que reina sem governar. Os senados de Câmara, expressões desse familismo político, cedo limitam o poder dos reis e mais tarde o próprio imperialismo ou, antes, parasitismo econômico, que procura estender o reino às colônias ou a seus tentáculos absorventes (1954, p. 19).

Numerosos autores analisam a organização do público e do privado na sociedade brasileira, enfatizando o apossamento do público pelo privado. A formação oligárquica e autoritária do Brasil assegurou às suas elites o exercício do poder que influenciou todo o sistema de educação formal e propedêutica destinado às elites e a classe média, enquanto a classe pobre que necessitava trabalhar, tinha acesso à educação profissionalizante sem formação básica, o que acontece até hoje, gerando o desconhecimento de direitos políticos e participação social.

Marilena Chauí aponta contradições presentes no perfil da identidade brasileira, quando afirma o traço marcante do brasileiro orgulhoso da bela natureza do País, do caráter do povo brasileiro, seu desempenho no esporte, na música, cultura, caráter do povo trabalhador, alegre, solidário, conformado e sofredor. Há no Brasil, uma disseminação da ideologia de que se convive com um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre, mesmo em situação de penúria. Propaga-se que este é um País sem preconceitos, acolhedor, com diferenças culturais e econômicas em suas regiões e que só lhe falta a tão desejada modernização.

Todas essas afirmações encontram contradições na violência vivenciada no dia-a-dia brasileiro. Um grande contingente sobrevive na faixa cinza localizada na pirâmide social abaixo da linha da pobreza, e que, pelos dados do IBGE citados por Dimenstein (1999, p. 34), chegam a 64,5 milhões de excluídos, sendo que 29,9 milhões se encontram na Região Nordeste.

As contradições apontadas por Chauí (2000, p. 37) apresentam-se na fala dos indignados com a existência da criança de rua, com as chacinas dessas crianças, com os desperdícios de terras não cultivadas e o massacre dos sem-terra. Ao mesmo tempo, afirma-se que o povo é ordeiro e inimigo

da violência. Será verdade? Parece que ao abrir espaço para reflexão, vê-se que a violência está institucionalizada no Brasil desde que as primeiras caravelas do colonizador desembarcaram aqui, há cinco séculos.

O traço revelador da identidade brasileira é refletido na peculiaridade de ser, nas regras de comportamento, alimentação, religião, música, e na tradição, aparece no gosto pela mistura de raças, alimentos, religiões, partidos políticos, tudo numa relação de personalidade muito forte da cultura em que o público e o privado se misturam, desde as relações pessoais até as institucionais.

Convive-se de forma tão banalizada com essa violência que se tolera o *apartheid* social, a violência contra crianças e adolescentes, e ainda se reproduz a imagem positiva de povo unido, solidário e fraterno.

O espírito político do povo brasileiro é retardado pela disputa de poder entre Estado e Igreja que divide a opinião pública, chegando a necessitar de aprovação implícita ou aceitação da Igreja na implementação de políticas públicas, como é o caso do controle de natalidade por métodos contraceptivos e de preservação de doenças sexualmente transmissíveis. Na agenda do dia, encontra-se a polêmica acerca da legislação permissiva

do desenvolvimento de pesquisas científicas com células tronco, que a Igreja rejeita.

Refletindo-se mais ainda em busca da identificação dessa idéia conformista, da representação que se perpetua com naturalidade e força renovada, envereda-se em direção ao “mito fundador” (sentido antropológico) do Brasil, cujas raízes foram cravadas nesta terra em 1500, e que ainda hoje vivas e presentes permanecem reproduzindo suas ideologias e estreitando a fronteira do público e do privado, constituindo-se num vetor que dificulta a consolidação da cidadania brasileira.

O elemento unificador do Estado-nação passou a ser a língua, e por isso este precisou contar com uma elite cultural que lhe fornecesse não só a unidade lingüística, mas lhe fornecesse os elementos para afirmar que o desenvolvimento da Nação era o ponto de um processo de evolução que começava na família e terminava no Estado, como demonstra Freyre (1954. pp. 28 e 29).

Outra referência, necessária ao entendimento do espaço geográfico brasileiro e seu desenvolvimento, encontra-se na obra de Caio Prado Júnior (1965, p. 279), intitulada **Formação do Brasil Contemporâneo**. O autor confirma que no Brasil, até o Século XIX, a monarquia e o processo de educação estiveram sobre a influência direta da Igreja Católica, ao ressaltar que:

Os estudos se podiam fazer em grande parte no Brasil, e mesmo completar, sobretudo com relação aos seculares. Os seminários foram, cronologicamente, os primeiros institutos de ensino superior da colônia. Aliás, os candidatos ao estado eclesiástico que demonstrassem aptidões encontravam sempre amparo, e não faltava quem lhes custeasse os estudos, aqui ou na Europa. É certo que o preconceito de cor também tinha aí o seu lugar, e quem não fosse de pura origem branca, necessitava dispensa especial.

A dispensa especial a que o autor se refere, citando frei Joaquim do Amor Divino Caneca, trata-se da Ordem dos Carmelitas que, para formar professores, necessitava de prévia prova de que “não vinham de casta moura, mulata, judia ou outra infecta nação”, sob pena de serem lançados fora sobre protesto. São notáveis o preconceito e a exclusão social em toda a história de formação cultural do Brasil, evidenciando que a cidadania efetiva no País sofreu e ainda sofre interferências sob múltiplos aspectos.

Terezinha Azeredo Rios (2000, p. 128) explica que a cidadania,

[...] implica uma consciência de pertencer a uma comunidade e também de responsabilidade partilhada. [...] o conceito de cidadania, cuja compreensão tem como elemento essencial a participação responsável, se estende a todos os indivíduos na sociedade sem discriminação de raça, gênero, credo religioso etc.

Essa reflexão induz a outra, que é a de participação, a envolver os indivíduos sem discriminação de classe social, raça ou gênero, o que estimula uma análise acerca da escola pública onde estão os filhos dos trabalhadores, cujas condições de ensino, historicamente não possibilitou incentivo à tal participação.

A escola é o espaço que tem como função social ensinar essa estimulação, a autonomia de autoconstrução, consciência política e social, porque cidadania é algo construído e conquistado através da plena consciência dos direitos e deveres, e da criticidade do mundo.

A cidadania acontece como conquista, autonomia e participação social, mas, no Brasil ainda está muito atrelada à dependência estatal, o que faz Demo (1975, p. 06) denominá-la de “cidadania tutelada”.

Uma mudança de estrutura é um processo lento que envolve a educação e recurso financeiro para que haja uma mudança na cultura política tradicional. Não é possível mudar essa cultura sem transferências reais de recursos e poder decisório aos governos e às comunidades locais. Cordeiro (1998, p 23), analisando essa situação, destaca a necessidade de políticas públicas descentralizadas que de fato impulsionem mecanismos locais de administração participativa. A tomada de decisões é uma estratégia de que a sociedade precisa para tirar o Brasil dessa democracia débil que é uma constante em toda a América Latina.

Se educação é pressuposto para a saúde, que permitirá acesso a uma qualidade de vida com bem-estar e participação social, buscou-se, então, nas palavras de Valla (1993, p. 26), uma dimensão cultural e ética, encontrada na afirmação abaixo:

A população tem suas próprias crenças e valores sobre a saúde, bem como explicações sobre a cura das doenças. Obviamente, os profissionais de saúde quando se relacionam com pessoas “leigas” e “comuns”, não são professores a escrever num livro de páginas em branco. E embora seja importante assimilar criticamente as contribuições teóricas

a esse respeito, sobretudo dos estudos sobre representações sociais da saúde-doença, é preciso saber aprender na experiência, na infinita complexidade da vida. Nesse sentido os educadores precisam ser educados.

Merece questionamento, todavia, a responsabilidade total que se atribui à Educação como solução para todos os problemas sociais. É certo que ela é condição primeira, mas, se não for acompanhada de outras políticas públicas, pode-se estar originando um futuro “desprestígio” da educação por parte do Estado, que atestará ideologicamente não ser ela merecedora de “tantos recursos públicos”.

Com essa breve reflexão sobre a base da cidadania brasileira, seguirão a partir de agora estudos mais específicos de cidadania e educação no Município de Aratuba, *locus* da pesquisa objeto deste trabalho e análise dos dados.

Por intermédio de pesquisa, buscou-se identificar as dificuldades e possibilidades do Município em consolidar a cidadania numa escola considerada democrática e de qualidade, cuja intenção se espelhasse na lógica das políticas disseminadas pelo Banco Mundial. Para tal abordagem, procu-

rou-se suporte teórico em Tommasi (1996, p. 47) Gentili (1999, p. 86) e Krawczyk (2000, p. 17). Também abordou-se e analisou-se alguns artigos da LDB, Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei do FUNDEF, Lei de Responsabilidade Fiscal e demais diplomas que se fizeram pertinentes no decorrer da pesquisa.

Esses documentos amparam as práticas coerentes no seu sentido legal. Coube investigar a adequação, as possibilidades e a sua efetivação na realidade educacional de Aratuba, Ceará.

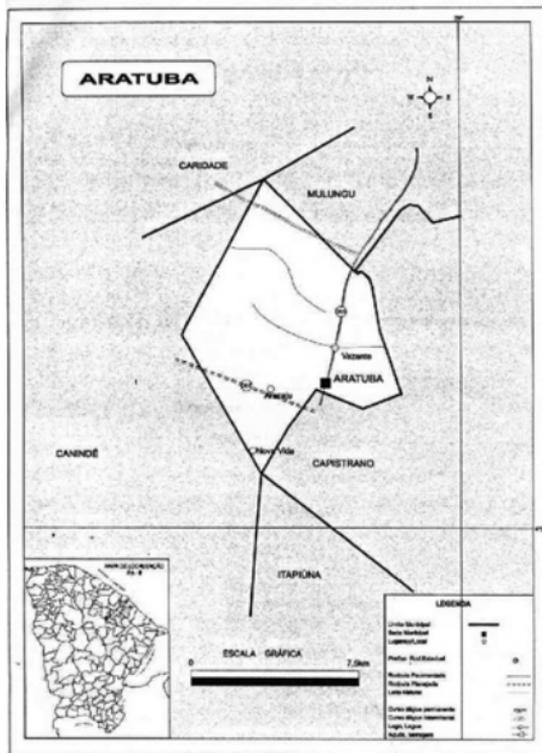


II

O Município de Aratuba

Para localizar o professor, seu trabalho e formação, procurou-se abordar neste capítulo a contextualização do Município de Aratuba, enfocando, em primeiro lugar, os seus aspectos histórico, geográfico, político, socioeconômico e cultural.

Figura 3: Mapa de Aratuba



Fonte: Atlas do Ceará

As primeiras notícias de Coité (Aratuba) como aglomerado demográfico remontam a 1828, quando o Capitão José Antônio Pereira, natural do Município de Cascavel, comprou do Sargento José Saraiva a faixa sul da serra de Baturité, terreno pertencente à sesmaria do Capitão-mor João de Freitas Araújo.

Um ano depois, chegou a Aratuba o Capitão João José Pereira, filho do aludido comprador, acompanhado de dez escravos para iniciar a construção de uma casa no mesmo terreno.

Consta no histórico da Aratuba⁴ que, onde se encontra hoje o sobrado de Maria Barbosa Pereira, descendente do fundador da Cidade, foi construída a primeira casa.

A denominação inicial dada ao local foi a de **Coité**, originária da frondosa árvore da região cujo fruto com esse nome era muito utilizado para fabricação de coités⁵, vasilhas secas que se prestam ao uso doméstico.

Nos documentos pesquisados, encontrou-se que,

[...] o lugarejo foi evoluindo e desenvolvendo a atividade agrícola

4 Memórias não publicadas de Leopoldo Martins, cidadão aratubense, que viveu 102 anos e guardou uma memória minuciosa sobre seu município. Ver referências.

5 Objeto utilizado como utensílio doméstico no formato de bacia, obtido a partir da divisão da fruta “coité” em duas bandas. O nome se origina do tupi kuité.

sob a direção do capitão José Pereira, que em 1832 inaugurou o primeiro engenho de moer cana-de-açúcar, todo feito de madeira, que funcionou perfeitamente até 1865, quando foi substituído por um engenho de ferro vindo de Pernambuco. Barbosa (1980, p. 3).

Além de cana-de-açúcar, o proprietário inovou com outras culturas, iniciando plantações de cafezais, fruteiras e hortaliças, que até hoje constituem fonte de riqueza da região.

Foi recolhido dos relatos do memorial do Senhor Leopoldo Barbosa, um fato curioso que justifica o surgimento da Paróquia de Coité e o nome de seu padroeiro.

Registram os relatos Barbosa (1980, p. 3). que, em 1866, o Patriarca Capitão José Pereira recebeu a visita do seu primo e cunhado, Capitão Francisco de Paula Pereira que, ao chegar, adoeceu gravemente de uma moléstia acompanhada de febre alta.

Na condição de católico fervoroso, o Capitão João José Pereira invocou um voto a São Francisco de Paula, a ele prometendo que se o parente não morresse daquela moléstia, mandaria construir uma capela com a invocação daquele santo, havendo realmente cumprido a promessa, no mesmo

ano, razão por que até hoje o padroeiro da cidade é São Francisco de Paula.

Dentre os vigários que exerceram o sacerdócio religioso em Aratuba, destaca-se a lembrança do Padre José Barbosa Magalhães que, em 1905, plantou em frente à atual igreja matriz, dezessete palmeiras imperiais, das quais ainda hoje, com mais de um século de vida, cinco ainda sobrevivem, imponentes, conferindo especial destaque ao panorama da sede municipal.

A povoação de Coité, pertencente à paróquia de São Francisco de Paula, município de Baturité, Província do Ceará, permaneceu com esse nome até 1929. Nesse período, sua iluminação era rústica, feita por lamparinas de gás suspensas em troncos de bambus⁶.

Em 12 de agosto de 1890, Coité foi promovida a vila, pelo Decreto n. 35, de 1º de agosto de 1890, ensejando festa e euforia para os habitantes. Desta maneira, ganhou autonomia política com assistência do Intendente Raimundo Pereira, que fazia às vezes de prefeito. Em 1929, permanecia o mesmo Intendente, mas mudava-se a denominação da vila para a Vila de Santos Dumont.

Outro fato pitoresco aparece nos relatos pesquisados por Barbosa (1980, p. 5), que narram a chegada do primeiro automóvel, por volta de 1930. Por não

6 Planta gramínea de grande altura. Bordão feito com a haste desta planta.

haver estradas, o veículo foi transportado, por partes, nas costas de animais, e reconstruído no velho alpendre da casa do senhor Leopoldo Martins.

O carro era de propriedade do senhor Modesto Alves da Silva que, por não saber dirigi-lo, trouxe como motorista o senhor Antônio Paixão, o qual, ao circular nos arruamentos de Santos Dumont dirigindo aquela máquina, causou grande espanto e admiração aos seus habitantes.

Nesse período, a vila recebeu a primeira iluminação elétrica, movida a combustível, que substituiu as lamparinas a gás, marcando a chegada da tecnologia e a preparação para o início de uma nova fase - a da autonomia política.

Em 1º de janeiro de 1944, Santos Dumont passou a ser denominada Aratuba, e treze anos depois, em 25 de março de 1957, passou à categoria de Município, desmembrada do Município de Pacoti, tendo conquistado definitivamente sua emancipação política, cuja contextualização socioeconômica será tratada a seguir.

Aratuba é um nome indígena que, na língua tupi, significa abundância de pássaros. Esta denominação é justificada porque até hoje se percebe que parte da região é um viveiro natural de várias espécies de pássaros, que cantam e encantam quem visita Aratuba.

A vegetação do lado serrano do Município é bela pela própria natureza paisagística, formada por floresta *caducifolia espinhosa* (caatinga arbórea), caatinga arbustiva aberta e caatinga arbustiva densa⁷ com um verde exuberante, árvores frondosas que enriquecem a paisagem de clima ameno que varia entre 18º e 25º, tendo atingido até 10º, considerado raridade numa região árida como a nordestina (IPLANCE, 1997, p. 37).

Aratuba está situada no Ceará, na Serra de Baturité, numa altitude de 830 metros e a 134 quilômetro de distância de Fortaleza. Seus limites são com os Municípios de Mulungu, Itapiúna, Capistrano e Canindé, e com extensão territorial de 165 km².

Registram-se os seguintes acidentes geográficos: rio Cedro, sendo que, na região dos sertões, é cortada pelos rios Marés, Jardins e Catolé, estando também em seu território parte da Serra de Guaramiranga.

Atualmente, a população de Aratuba é de 12.827 habitantes e o número de eleitores é de 6.362. A religião predominante é a católica e o padroeiro da cidade é São Francisco de Paula, com festas comemorativas em 2 de abril. Em Aratuba, entretanto, as comemorações do padroeiro são festejadas de 24 a 31 de dezembro pois, de acor-

7 Fonte: IPLANCE- Instituto de Planejamento do Ceará. Atlas do Ceará 1997.

do com informações de pessoas da comunidade, a data de 2 de abril coincide com a estação chuvosa e os rios impediam ou dificultavam a participação das pessoas que habitam no espaço agrário, de sorte que há muito tempo foi convencionado o mês de dezembro para essas comemorações religiosas. A maior parte das pessoas não conhece esse detalhe da história de sua paróquia.

O acesso à Fortaleza pode ser feito através de rodovias asfaltadas e há duas opções: rodovia CE 065, CE 060, passando pelos municípios de Mulungu, Guaramiranga, Baturité, Aracoiaba, Redenção, Acarape, Guaiúba, Pacatuba e Fortaleza, distando 134 quilômetros, ou pela rodovia CE 215, CE 115 e CE 004, passando pelos municípios de Mulungu, Guaramiranga, Pacoti, Palmácia, Maranguape e Fortaleza, com distância de 111 quilômetros.

Não obstante o fácil acesso à Fortaleza, pode-se constatar dificuldades de circulação no Município por falta de estradas. Isso é constante nas carências estruturais do Município. No discurso oficial do prefeito Júlio César Lima Batista, este afirma que de 1997 até 2001 construiu 92.000 metros de estradas pavimentadas em pedras toscas, aumentando a malha viária para atender principalmente à circulação do transporte escolar, mas ainda há regiões sem acesso à escola nucleada por

falta de uma ponte e de estradas, configurando-se uma fragilidade de Aratuba.

Figura 4: Unidade de Saúde da Família de Salgado



Fonte: Secretaria de Cultura de Aratuba

O Município só dispõe de um hospital pequeno e sem estrutura para atendimento à população, atendendo apenas casos simples, pequenas cirurgias e partos; mesmo assim, há a equipe do Programa de Saúde da Família composta por médicos (clínico geral e pediatra), enfermeiros, auxiliar de enfermagem, dentista e estudantes selecionados do último ano de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Odontologia da UFC - Universidade Federal do Ceará, que juntos se deslocam para a zona rural todos os dias da semana, atendendo localida-

des diversas com consultas, identificação de casos graves para atendimento especializado, medicina preventiva⁸ e encontros com a comunidade nos postos de saúde ou nas escolas **nucleadas** com palestras educativas.

O Município é predominantemente agrícola, produzindo em destaque milho, mandioca, feijão, café, caju, e outras frutas, com reservas de flora, fauna e pastagem nativa.

Mesmo sendo um município eminentemente agrícola, em sua sede não se encontram com facilidade frutas e verduras à venda no varejo. Toda a produção do Município é escoada diretamente do produtor para os centros de consumo, no caso Fortaleza e outras cidades do Estado.

Possui indústrias de panificação, aguardente, polpa de frutas, e a metalúrgica. Desenvolve também atividades de pecuária e a comercial, que compreende o comércio varejista e o atacado, contando com 82 estabelecimentos⁹.

Também se deve observar que 35% da área territorial do Município, que fica do outro lado da serra, limitando-se com Canindé, não usufrui o cli-

8 A medicina preventiva desenvolvida por essa equipe consiste em: exames, vacinas, acompanhamento do peso das crianças, aplicação de flúor e conversas educativas com a comunidade com recursos pedagógicos.

9 Fonte: SEFAZ -Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará.

ma serrano, consistente em clima seco de sertão, com falta d'água e população muito pobre.

O atendimento escolar no Município compreende as redes pública municipal e estadual, com um total de 4.749 matrículas no ano de 2001, em onze escolas, sendo dez do Município e uma do Estado, abrangendo toda a educação básica.

A rede municipal responde por 84,04% (3.991) dessa matrícula, e a rede estadual por 15,96% (758), não existindo em Aratuba escola particular, de modo que toda a educação formal é de responsabilidade pública.

A cultura local é fundada nas tradições regionais, tendo como destaque as festas juninas e as festas religiosas (Páscoa, novenário de Maria, festa do padroeiro), e festa do Município, com uma apresentação de teatro ao ar livre, sendo os estudantes das escolas municipais os atores.

O artesanato local destaca-se com a fabricação de cartões natalinos, confeccionados com palhas e linhas, além de tapetes, crochês, peças em madeira e cerâmicas, com maior evidência na comunidade de Barreiros, a 12 quilômetros da Sede.

O Município apresenta grande potencial para desenvolver o turismo local, haja vista suas belezas naturais, seu clima ameno e por ser região serrana. Não há, no entanto, política empre-

enedora nesse sentido, pois não existem hotéis na cidade, registrando-se apenas duas pousadas simples, ambas com capacidade de hospedar dez pessoas, o que é insignificante para atender a uma demanda turística.

A solicitação por uma política de desenvolvimento turístico em Aratuba é feita há mais de quarenta anos, fato constatado na pesquisa realizada nos jornais **O Nordeste**, **Correio do Ceará** e **Gazeta de Notícias**, extintos, cujos periódicos trazem publicações do autor Paulo Maria de Aragão¹⁰ datadas de 1962, 1963 e 1966, que relatam:

Aratuba, além de seu maravilhoso clima, semelhante ao de Guaramiranga, possui inúmeras belezas naturais, como a cascata do Escondido, as flores raras, citando-se a “copo de leite” dentre outras. A exemplo do que já se fez em Guaramiranga, poderia pensar-se na edificação de um moderno hotel para favorecimento do turismo.

10 Paulo Maria de Aragão, advogado e professor que elaborou os trabalhos, quando de suas férias escolares no Município: A cidade de Aratuba em 9/7/1962; Uma aprazível cidade, em 28/11/1963, e Aratuba: um recanto esquecido da serra, em 13/3/1996, todas publicadas nos jornais *O Nordeste*, *Correio do Ceará* e *Gazeta de Notícias* e disponíveis nos anexos.

Decerto, uma fonte turística que pode ser explorada é o lugar chamado “Escondido”. Trata-se de uma bica, ainda do tempo colonial, que saindo de uma laje derrama água cristalina e bastante fria.

Paulo Aragão, que viveu momentos de sua infância em Aratuba, escreveu no jornal **O Nordeste** em 09/07/1962, a respeito desta cascatinha chamada Escondido:

Os banhistas conservam desde os seus antepassados o hábito de quando dali se aproximar gritarem em voz alta: “Tem homem ou mulher?” Este costume típico não deixa de ser curioso e interessante para os que ali vão pela primeira vez.

Em outro relato com certas conotações poéticas, o mesmo autor ressalta ainda a cidade de Aratuba, com os dizeres:

Situada na tradicional serra de Baturité, é Aratuba uma cidade serrana que possui o mais rico cenário de belezas naturais daquela região.

Do ponto culminante podemos contemplar a miudeza das cidades circunvizinhas, o seu pôr do sol assemelha-se a um cartão

postal! O panorama que se avista para os sertões é extasiante, é o que há de mais encantador possível. Nesta admiração serenamos o espírito.

Como se vê, fluíram-se décadas, porém o potencial turístico da Cidade é capaz de render grandes dividendos econômicos e melhoria social, a exemplo de outras cidades do maciço, como Guarimiranga, Pacoti e Mulungu, não foi ainda explorado, como realça aquele advogado, ao escrever sobre essa Cidade inspiradora em sua adolescência:

Umás férias naquela pequena cidade é ter-se um contato direto com a sublime e esplêndida natureza que para aquelas bandas desponta mais deslumbrante. O panorama que contemplamos nos deixa inebriado. A mão de Deus em Aratuba parece ter trabalhado com mais sutileza (Jornal Correio do Ceará, 28/3/1963).

A cidade conserva aquele perfil bem interiorano, com o sino da igreja badalando para as missas e novenas e o amplificador de som da igreja enchendo de músicas religiosas todas as casas da cidade e, no final da tarde, passando mensagens à população.

É nesse contexto que os professores de Aratuba trabalham e convivem com a faixa economicamente mais desprotegida da população e, por isso mesmo, tendo menor acesso aos bens sociais como saúde, transporte, emprego, moradia e educação.

Ao concluir este capítulo que abordou um pouco da história do Município e seu perfil geográfico e econômico, se continuará com Aratuba, mais especificamente, investigando seu sistema de ensino, o processo de nucleação de escolas, enfocando como funcionava o sistema de ensino antes da nucleação, o transporte escolar, a merenda escolar e a formação de professores. Serão os assuntos da próxima seção.



III

O Programa de Nucleação das Escolas Municipais de Aratuba

Analisa-se neste capítulo a nucleação consolidada, o processo de implantação do Programa de Escolas Nucleadas e o sistema anterior do ensino em Aratuba, suas dificuldades de acesso à cidadania e como cumprir os preceitos legais. Pontuam-se os motivos da substituição pelo sistema de escolas nucleadas, que consiste na regionalização das escolas com capacidade para atender o maior número de crianças e adolescentes e oferecer um ensino de qualidade.

Para melhor compreender em que consiste a **nucleação** de escolas em Aratuba, se fez comentários sobre o seu surgimento e implantação em 1997, bem como suas prováveis eficácia e eficiência no sentido da inclusão escolar, comunitária, e conseqüente ampliação da vivência cidadã da população.

Recorta-se principalmente o Sistema de Ensino da rede pública municipal, compreendendo o período de 1996 até 2001, tempo da gestão do atual prefeito Júlio César Lima Batista, o idealizador do Programa de Nucleação das Escolas Municipais.

3.1 Nucleação Consolidada

A nucleação de escolas em Aratuba consistiu inicialmente na extinção de pequenas escolas ru-

rais ou classes isoladas, com a conseqüente redistribuição dos alunos em escolas maiores, visando a melhores condições de socialização dos alunos e vivências interpessoais mais ricas.

As escolas de Brejo, Pindoba e Jacarandá estão funcionando isoladas das escolas nucleadas por se localizarem em áreas de acesso difícil, considerando a geografia do Município, onde a presença de penhascos, encostas e declives é constante e não há condição de acesso e estrutura de uma ponte para atender a essas comunidades, não obstante estejam vinculadas funcionalmente à **nucleada** mais próxima.

Ilustrou-se este registro com o quadro a seguir, que situa as regiões atendidas, sendo que o ensino médio, além da Sede, só funciona nas **nucleadas** de Pai João, Tope, Barreiros e Marés, onde há maior concentração de alunos e são regiões mais distantes da sede.

Figura 6: Escola Municipal Nucleada Professora Maria Júlia



Fonte: Secretaria de Educação do Município de Aratuba

Quadro 1: Relação das Escolas Nucleadas de Aratuba

Região	Nº de Alunos cada Escola	Nº de Linhas de Ônibus Circulando no Município
Pai João	578	4
Marés	644	5
Mundo Novo	418	5
Tope	495	2
Fernandes	195	1
Barreiros	458	2
Sede	1066	7
Total	3.854	26

Quadro 2 Relação das Escolas Isoladas

Escolas Isoladas	Nº de Alunos cada Escola
Brejo	67
Pindoba	48
Jacarandá	22
Total	137

Fonte: Secretaria de Educação do Município de Aratuba

A nucleação foi implantada por uma decisão do prefeito municipal Júlio César Lima Batista, na compreensão de que esse era o primeiro passo a ser dado na direção de uma escola de qualidade, visando a atender os disciplinamentos legais e a disseminar a inclusão social de crianças e adolescentes. Essa inclusão, no entanto, tem contradições.

Nas observações da pesquisa percebeu-se indícios de melhoria no sistema educacional de Aratuba, todavia verificou-se algumas fragilidades, como salas muito lotadas e a presença ainda de caminhão¹¹ “pau de arara” utilizado no transporte escolar e justificado pela falta de estrutura de acesso a uma determinada região. Caracteriza-se, ainda, pela atuação de professores que não estão satisfeitos com o salário, que consideram insufi-

11 Caminhão adaptado com carroceria coberta de lona e bancos de madeira para o transporte de passageiros.

ciente para suprir as necessidades básicas, e a falta de apoio para participar do curso superior de formação de professores ministrado pela UECE (Magister) na cidade vizinha de Baturité, e que alguns professores de Aratuba freqüentam.

Durante seis meses, no período de janeiro a junho de 2001, Aratuba foi visitada duas vezes por mês, durante dois dias cada, sendo que em janeiro permaneceu-se uma semana ministrando aulas de Estrutura do Ensino Básico para professores do ensino fundamental, alunos do Curso de Licenciatura Plena ofertado pelo NECAD, da Universidade Estadual do Ceará, na oportunidade desenvolvendo a pesquisa-ação e pesquisa participante nos moldes definidos por Gil (1996, p. 60).

Nessas oportunidades, desenvolveu-se a observação participante, quando houve um contato mais próximo com o objeto de pesquisa, permitindo fazer anotações e observações *in situ*, para poder traçar uma trajetória de investigação acadêmica na descoberta de pistas e tencionando oferecer respostas para os problemas urgentes, uma coisa que parecia não ter fim, por caminhos tortuosos e íngremes como a geografia do Município de Aratuba.

Percorreu-se todo o Município, conhecendo as escolas nucleadas da zona rural e da sede, con-

versando com professores, diretores, motoristas dos ônibus escolares, merendeira e também com o nutricionista responsável pela merenda escolar, que forneceram informações relevantes sobre a conjunção de problemas pesquisados, registrando também as alegrias, as esperanças, o entusiasmo, as tristezas e as frustrações como partes do processo, numa contabilidade final que parece apontar lucros.

A presença de caminhões “pau-de-arara” trafegando junto com ônibus do transporte escolar, levando estudantes em condições precárias, apresentou-se como uma situação constante. Esse problema – comentado em passagem anterior deste escrito – foi justificado pelo Secretário de Educação como também pelo prefeito, como um caso isolado para atender a algumas localidades em que as condições estruturais das estradas, agravadas pela geografia acidentada do Município, não permitiam acesso a outro veículo que não fosse o caminhão “pau-de-arara”, o que não convenceu plenamente.

Também é válido ressaltar que presenciou-se um momento da merenda escolar em que eram servidos refresco de caju (artificial) e biscoitos doces aos alunos, o que levou a se pensar que em um município essencialmente agrícola, com abundân-

cia de frutas e verduras, poderia ser mais bem utilizado esse potencial para melhorar a capacidade nutritiva dessa refeição.

Este fato também foi esclarecido pelo nutricionista responsável pela merenda escolar, que buscou argumentos na burocracia, explicando que os produtores agrícolas do Município não dispunham de nota fiscal dos seus produtos, sendo impossível fornecê-los para a merenda escolar. Esta é adquirida em supermercados de Fortaleza, cadastrados junto ao Ministério da Saúde, com licença para fornecer para a merenda escolar, possivelmente comprometendo a qualidade da merenda e impedindo a circulação de recursos no próprio Município e, em alguns casos, podendo disfarçar uma prática clientelista. É, porém uma realidade crua, um interdito estranho e burocraticamente injusto com o qual se é obrigado a conviver, que se configura no fato de se ter o produto e não poder usá-lo, representando vantagem para os de fora em detrimento do produto e das pessoas de casa. É realmente um paradoxo que certamente poderá ser revertido.

Quando se comenta acerca de práticas clientelistas, ampara-se nas reflexões de **O Poder do Atraso**, de Martins (1994, p. 24), que enfoca o clientelismo e a corrupção que assolou o Brasil desde

o período colonial até os dias de hoje, dificultando a visualização da fronteira entre o público e o privado e a consolidação da cidadania. Observa-se que outras formas de clientelismo e de dominação afloram – camufladas de democratização –, surgindo como paliativas para problemas que a escola não pode resolver em definitivo. Permitiu que se visualizasse um dos modos de dependência da comunidade em relação ao poder da instituição escolar, no que concernia à distribuição da bolsa-escola.

Essa bolsa era um Programa do Governo Federal que visava complementar a renda de famílias pobres, tendo como principais critérios de distribuição, a exigência de que os filhos de 6 a 15 anos de idade matriculados no ensino fundamental da escola pública, freqüentassem regularmente as aulas com o mínimo de 85% de freqüência, residissem no município onde estudam, e a renda *per capita* da família fosse no máximo de meio salário mínimo, permitindo beneficiar até três filhos por família cadastrada.

As escolas de Aratuba eram cadastradas no Programa da Bolsa-Escola e as famílias recebiam este benefício que, na opinião dos atores sociais e dos entrevistados, vinha contribuindo muito para diminuir o índice de evasão e aumentando

a freqüência, já que a família tinha um benefício imediato, conforme demonstra um pai quando perguntei sobre sua satisfação em relação à escola do seu filho:

Tá boa demais, Dona, e agora melhorou com esse dinheirinho que a mulher recebe para os meninos, é pouco, mas dá para comprar uma roupinha, ou fazer uma feirinha, a senhora sabe, lá em casa são oito filhos e só três recebem, mas toda ajuda serve. Acho essa escola boa demais. (Fala de um pai de aluno da zona rural de Aratuba, da Escola Nucleada de Mundo Novo).

Referido benefício consistia em um instrumento legal, proveniente do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar, vinculado ao Ministério da Educação que em parceria com a escola, atendia famílias carentes, contribuindo com um valor de R\$ 15,00 por filho, que só a mãe ou representante legal podia receber.

A consciência do favor político está tão impregnada na cultura brasileira que – mesmo quando há uma política pública como foi o Programa de Inclusão, como também foi o caso do Bolsa-Escola, ou um gestor comprometido com o social – não é imediata-

mente entendida pela comunidade que a recebe. Não a percebe como um direito conquistado, mas como uma bondade, um gesto de humanidade ou um favor pessoal, dificultando o exercício da consciência cidadã de modo que é obrigação da escola, via administração e professores, desfazer tão lamentável equívoco, impediente de se conquistar o estatuto de cidadão.

No decorrer desse livro, e mais precisamente no capítulo da fala dos professores, abordar-se-ão outras dificuldades, bem como as possibilidades de melhoria desse sistema.

3.2 A Implantação das Escolas Nucleadas

O processo de nucleação das escolas de Aratuba ocorreu em 1997, logo após o Prefeito Júlio César Lima Batista assumir o primeiro mandato. A nucleação escolar consiste na regionalização das escolas, equipando-as com todo o material didático indispensável para o aproveitamento do potencial dos alunos, com estruturas físicas adequadas e professores capacitados e bem-remunerados, na perspectiva do Município.

Para tanto, resolveu implantar esse Programa, visando melhorar a qualidade do ensino e a inclusão de maior número de crianças e adolescentes na escola. Nessa época, os dados fornecidos

pela Secretária de Educação do Estado – SEDUC, com referência ao ano anterior, 1996, apontavam uma taxa de evasão de 13% e uma repetência de 11%. Além do mais, a mesma fonte informava que o analfabetismo no Município atingia 24,7% de crianças e adolescentes de 11 a 14 anos.

Outro dado apontado pela SEDUC denunciava a fragilidade do sistema educacional de Aratuba, pois 72,3% das crianças de 7 a 10 anos, 97,1% das crianças de 11 a 14 anos e 98% de 15 a 17 anos estavam matriculadas nas séries inadequadas ou fora da faixa etária.

Diante dessa realidade e da estrutura precária em que se encontravam as instalações físicas das escolas, resolveu o gestor municipal tomar a decisão definitiva – numa estratégia de política pública – de implantar o Programa de Nucleação Escolar, construindo sete escolas localizadas em pontos específicos do Município, sendo um núcleo na Sede e seis no espaço agrário, ao mesmo tempo desativando 42 escolas existentes, das quais ainda hoje restam três, em locais de acesso difícil.

O critério de escolha da região para implantar as escolas nucleadas deu-se pela condição estratégica de congregarem diferentes comunidades, bem como adequada abrangência regional, e também por terem melhores condições de acesso para a circulação do transporte escolar.

O interesse em investigar as vivências educacionais no Município de Aratuba remete a uma questão muito inquietante: a qualidade do ensino transmitido ao aluno que está sendo educado, abrangendo as esferas civil, política e social no que concerne à Cidadania e à inclusão social.

Quando fala-se em cidadania, a primeira noção que pode-se ter é a de que este conceito já está por demais compreendido e, de certo modo, até desgastado, o que não significa que se vivencie seu conteúdo. A curiosidade em pesquisar uma vivência diferenciada de inclusão social e cidadania é motivada pela esperança de expandir essa realidade a outros municípios do Estado do Ceará.

Isto ocorre, no entanto, porque a palavra cidadania, por tudo o que ela encerra, ganhou lugar privilegiado nas falas dos representantes comunitários, dos líderes sindicais, dos educadores, ambientalistas, representantes dos direitos dos consumidores e, principalmente, dos discursos políticos.

A facilidade em adicionar a palavra aos discursos, entretanto, está longe de se configurar, de fato, em seu pleno entendimento e tampouco na efetivação de sua prática. É, sem dúvida, palavra de conotação forte, pela potência que emprega ou carrega de esperança aos anseios de uma popula-

ção que muito escuta sobre ela, mas pouco usufrui de seu conteúdo.

É exatamente pela preocupação com a debilidade da prática do exercício da cidadania que se tentou um novo percurso de investigação sobre os espaços disponíveis ou não, de sua consolidação, tomando como base o aluno e seu cotidiano escolar no Município de Aratuba.

No discurso oficial do gestor municipal, Aratuba apresenta-se como um modelo em Educação, nos níveis fundamental e médio, inovando na universalização do ensino, desde 1997, quando implantou o Programa de Nucleação Escolar.

Segundo seu idealizador e executor, o programa vem apresentando êxito na inclusão social de alunos e comunidade, e também destacando o Município no cenário do Estado do Ceará que, segundo informações da Secretaria de Educação do Município de Aratuba, está sendo objeto de estudo por alguns representantes de municípios cearenses que se interessam pela proposta de nucleação e seus efeitos positivos, para implantar em seus municípios, conforme revela o fragmento da entrevista a seguir, realizada com o secretário.

O Maciço de Baturité também está aderindo, não só o Maciço mas também a Região de Monba-

ça e Quixeramobim. Daqui para o final do mês estou recebendo uma delegação de oito Prefeitos e Secretários de Educação que vêm realmente conhecer a experiência porque querem implantar o mesmo sistema em seus municípios - (Fala do Professor Raimundo Araújo, Secretário de Educação¹² de Aratuba).

É curioso também o fato de que a experiência de Aratuba tenha atraído técnicos de Educação do Peru¹³, os quais, sabedores da notícia de nucleação das escolas divulgada pela Secretária de Educação do Estado do Ceará – SEDUC, deslocaram-se até o Município com o objetivo de conhecer e estudar, para implantar em algumas regiões daquele País andino, o mesmo sistema de nucleação de escolas, e continuam mantendo comunicação com o secretário de educação, Professor Raimundo Araújo.

A iniciativa em implantar o sistema de nucleação de Educação em Aratuba, bem como o sistema de transporte escolar integrado, foi empreendida pelo Prefeito Júlio César Lima Batista. Contava no

12 Raimundo Araújo é professor responsável pela Secretaria de Educação de Aratuba e está a frente da execução do Programa de Nucleação pouco tempo após sua implantação.

13 Informação dada pelo prefeito Júlio César Lima Batista, em entrevista concedida a esta pesquisadora, em 08/03/2004, na cidade de Aratuba.

início com o apoio da maioria dos seus assessores e colaboradores e a divergência de alguns professores, que não concordavam em se deslocar da Sede para ministrar aulas numa das escolas nucleadas do espaço agrário.

A implantação do Programa de Nucleação foi marcada por muitas dificuldades, entre elas a resistência de alguns pais, que não aceitavam o novo sistema, e que seus filhos saíssem da escola que funcionava na comunidade com poucos alunos, em única sala multisseriada com um só professor para atendê-la, a terem que pegar o ônibus escolar e se deslocarem até uma escola de maior porte, mais distante de sua localidade de moradia.

As alegações para a resistência à mudança variavam entre:

- a) medo do desconhecido;
- b) temor de acidente no transporte escolar em razão da geografia acidentada do Município;
- c) receio de que o filho não se adaptasse à nova escola;
- d) desconfiança quanto ao acompanhamento no percurso dentro do transporte ou fora dele;
- e) maior ausência do filho de casa, demandando prejuízo nos afazeres domésticos ou nas tarefas agrícolas;

- f) descrédito de que o Programa pudesse dar certo; e,
- g) até mesmo saudade e preocupação natural dos pais.

Por parte dos alunos, nenhuma resistência foi registrada, pois, desde o primeiro momento, mostraram-se motivados e alegres com a nova experiência da viagem, de estudar em uma escola grande, com estrutura pedagógica, novos colegas e merenda escolar.

O trabalho de convencimento foi feito pelos professores com os alunos em sala de aula e com os pais na comunidade. Também foram efetivadas reuniões com pais, comunidades, equipe técnica e prefeito, oportunidade em que todas as dúvidas foram esclarecidas e feita até votação, conforme dados colhidos na pesquisa.

O primeiro ano de funcionamento das escolas nucleadas (1997) foi bastante tumultuado, considerando que a construção da escola grande não estava concluída, e os alunos de cada escola nucleada tiveram que se alojar em casas de família, casas de farinha e outros prédios das imediações adaptados para receber provisoriamente aquela demanda escolar que, com expectativa, não sabia se acreditava ou não no novo Programa implementado pela Secretaria de Educação de Aratuba.

Em menos de um ano, a construção definitiva de boa parte das escolas nucleadas foi efetivada, o transporte escolar, inicialmente feito por caminhões (paus-de-arara), foi paulatinamente substituído por ônibus escolar, restando ainda uma região onde o transporte feito por caminhão demorou ser substituído, em virtude da estrada acidentada, com declives acentuados e falta de condição estrutural de acesso a outro veículo que não fosse o caminhão.

As novas escolas nucleadas foram construídas com estrutura para atendimento de todas as séries do ensino fundamental e possuem, além das salas de aula, sala de coordenação, secretaria, banheiros, cantina, sala de leitura, biblioteca, quadra de lazer, comportando uma média de 500 alunos distribuídos nos três turnos, já que, no turno da noite, funcionam as atividades de Educação de Jovens e Adultos, ensino médio, alfabetização solidária e algumas turmas do Telecurso 2000, além de cursos de qualificação de educação não-formal¹⁴.

Os prédios velhos onde funcionavam as 45 escolas isoladas estão sendo reformados e adaptados para atender à Educação Infantil, consoante determinação da LDB (Lei 9.394/96), que no seu artigo 11, inciso V, disciplina:

14 Educação não formal, voltada também para qualificação de mão-de-obra.

[...] oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental, permitindo a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

No que se refere à competência dos municípios, se configura a Educação Infantil como prioridade obrigatória, como o atendimento ao ensino fundamental, contemplado pelo FUNDEF¹⁵ a partir de janeiro de 1998, que trouxe mais recursos para melhorar a educação, principalmente a formação de professores que passou a ser prioridade das diretrizes de políticas públicas do Município. Essa é a visão de educação defendida pelo Banco Mundial, conforme Tommasi (1996), e que foi incorporada pelas políticas educacionais no Brasil, amplamente discutidas em encontros e eventos com a participação de educadores, dentre os quais se destaca o Seminário realizado em 28 e 29 de ju-

15 FUNDEF-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Lei Federal nº. 9.424/96, que passou a vigorar em janeiro de 1998.

nho de 1995, na PUC-SP, no qual ficou assente o fato de que:

A falta de uma visão sistêmica do educativo se torna evidente na própria lógica aplicada pelo Banco Mundial para argumentar a favor da priorização da educação básica em relação a outros níveis superiores do sistema educativo.

A política educacional de Aratuba segue as orientações da política mais ampla (do Estado) para a Educação Brasileira, segundo a qual atender à educação básica é prioridade, no que concerne à competência do Município, que é educação infantil e ensino fundamental, como também ajudando o Estado no atendimento do ensino médio.

No que concerne ao ensino médio, este tem sido ofertado – a partir de 2001 - nas escolas nucleadas da Prefeitura, no espaço agrário e em cuja parceria o Estado entra com os recursos humanos, enquanto o Município colabora com o transporte escolar e os recursos estruturais.

Essa experiência de parceria do Município e do Estado no atendimento ao ensino médio, que a Lei 9.394/96 define como competência do Estado, está permitindo a inclusão e o prosseguimento dos estu-

dos de centenas de jovens concludentes do ensino fundamental nas escolas municipais que funcionam na zona rural, e não têm como se deslocar até a sede do município para freqüentar a única escola estadual que oferece o ensino médio, o que constitui uma oportunidade de a escola cumprir sua função social.

A experiência desse modelo de nucleação de escolas é pioneira no Ceará e, até mesmo no Nordeste, no entanto, encontramos dados (MEC¹⁶) de que uma experiência semelhante já é posta em prática desde 1990 no Município de Ijuí-RS.

Uma experiência parecida também está dando certo no município paulista de Campina do Campo Alegre, distante 220 quilômetros da capital, São Paulo, cujo prefeito implantou esse sistema em 1998, cujas informações atestam que vem sendo um sucesso¹⁷.

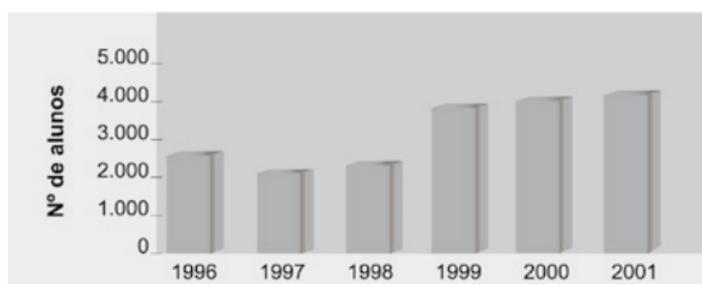
No caso de Aratuba, as informações obtidas do Prefeito Júlio César Lima Batista dão conta de que a inclusão social não está se dando apenas para os estudantes, mas também para toda a comunidade, que se beneficia diretamente com o processo de inclusão na escola formal do ensi-

16 BRASIL. A nucleação das escolas e as ações integradas com a comunidade: A experiência de Ijuí – RS 1989/1992. Educação & Desenvolvimento Municipal. MEC.

17 Conforme relato contido na Revista Inovação, de julho de 1998, p. 4.

no fundamental e médio, observando-se elevado crescimento do número de matrículas, colocando cada vez mais jovens e crianças em sala de aula, conforme demonstra o quadro:

Gráfico 1: Número de Matrículas de 1996 a 2001



Quadro 3: Número de Matrículas de 1996 a 2001

Número de Alunos Matriculados 1996 a 2001					
1996	1997	1998	1999	2000	2001
2.509	2.094	2.257	3.789	3.915	3.991

Fonte: dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Aratuba

3.3 Sistema Anterior à Nucleação das Escolas em Aratuba e seus Alunos

A contextualização socioeconômica e política do Município de Aratuba, procedida em seção anterior do presente estudo, possibilita constatar que se trata de um município de pequeno porte.

Até 1996, antes do Programa de Nucleação Escolar, Aratuba possuía 45 escolas, sendo 42 distribuídas nas áreas rurais e três em seu núcleo urbano.

Essas escolas, segundo informação de professores, funcionavam de forma precária – principalmente pelas deficiências na estrutura física dos prédios, que contavam apenas com uma ou duas salas de aula, uma cozinha, um banheiro, na maioria das vezes sem água encanada e sem luz elétrica, com rachaduras e buracos nas paredes, por serem morada de baratas, pernilongos e outros insetos, além de cobras e morcegos – evidenciando uma estrutura extremamente precária do ponto de vista físico, além de desumano sob o prisma social.

Mesmo destinado aos alunos das redondezas, em algumas regiões o acesso à escola era dificultado pela falta de estradas. Esse fato era agravado em razão da própria geografia do Município, que se localiza em uma região serrana com freqüente presença de penhascos, encostas e declives, como venho relatando.

A falta de estrutura física compreendia também recursos pedagógicos, cuja escassez levava a que as possibilidades de dar aula, muitas vezes, fossem resumidas a giz e lousa.

Quanto aos recursos humanos, a realidade não era melhor, já que era comum a presença de professores leigos que não tinham cursado sequer o ensino fundamental e, se desenvolvido, muitos não haviam concluído. Como agravante dessa situação profissional, recebiam salários de R\$ 47,00 reais mensais e viviam desmotivados, desqualificados e sem esperanças.

Tal categoria de professores, de acordo com o art. 9º, inciso III, § 1º, 2º e 3º da lei nº. 9.424/96 LDB, são aqueles que, embora estejam em exercício na carreira de magistério, não são habilitados para o exercício da profissão no nível de ensino em que atuam.

Para atuação na Educação básica, a Lei nº 9.394/96, nos artigos 61, 64, 65 e 66 e legislação complementar, exigem como qualificação mínima formação em nível médio completo, modalidade normal (magistério) para a docência na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental.

Exige ainda formação de nível superior em curso de licenciatura de graduação plena, com habilitações específicas em área própria, para a docência nas séries finais (5ª a 8ª) do ensino fundamental e do ensino médio.

Enfim, prescreve a formação superior em área correspondente e complementação nos termos da

legislação em vigor, para docência em áreas específicas nas séries finais do ensino fundamental (5^a a 8^a) e do ensino médio. Já para as atividades de administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, determina graduação.

Assim, são considerados leigos os professores que tenham apenas o ensino fundamental completo ou incompleto que estejam atuando na educação infantil e no ensino fundamental, até a 4^a série, que não completaram o ensino médio, modalidade normal; também são leigos os professores em atuação de 5^a a 8^a séries e, no ensino médio, que não concluíram o ensino superior em cursos de licenciatura, o que é constatado ainda hoje em Aratuba.

Na realidade de Aratuba, comprovei a existência de professores com Curso de Habilitação do Magistério em nível de ensino médio que lecionam atualmente na educação infantil e nas séries iniciais (1^a a 4^a) do ensino fundamental, com plena permissão da lei, afastando-os da categoria de leigos. Esses mesmos docentes, porém, lecionam também nas séries finais do ensino fundamental, condição esta que, por não serem licenciados, reconduzem-nos à categoria de professores leigos.

Vale ressaltar que o professor com Curso de Habilitação do Magistério em nível de ensino médio para lecionar na educação infantil, ensino fun-

damental e médio, tem um prazo legal para habilitar-se em curso superior (licenciatura). Este prazo, imposto pela denominada “Década da Educação”, disciplinada no Art. 87 da LDB virgente, expirou em 2007.

A legislação é clara. Define, ainda, a Lei 9.424/96 (lei do FUNDEF) no artigo 9º, que nos primeiros cinco anos a contar de sua publicação, parte dos recursos destinados à remuneração do magistério pode ser aplicada na capacitação dos professores leigos em atuação do ensino fundamental, determinação que vem sendo seguida por Aratuba.

Como se não bastasse essa situação desfavorável à atividade de ensino, tais professores ainda desempenhavam o ensino-aprendizagem multisseriado, ou seja: o fato de a escola funcionar com único professor em cada unidade do espaço agrário, que eram localizadas em áreas isoladas, onde também careciam de acompanhamento pedagógico.

De acordo com depoimentos colhidos dos professores, a equipe técnica da Secretaria de Educação permanecia trabalhando na sede, e apenas uma vez por mês visitava as escolas do espaço agrário, onde, “davam uma olhada, ouvia sobre os problemas, mas não chegavam a resolver”¹⁸.

18 Fragmento da entrevista oral de uma professora do ensino fundamental de Aratuba.

Em entrevista realizada com a professora (A), ficaram claras as dificuldades enfrentadas, quando esta assumiu por um ano a escola da região agrária, na localidade de Balança, distante da Sede 23 quilômetros.

Ela descreve como uma experiência desafiadora trabalhar naquela comunidade, deslocando-se da Sede até a escola em garupa de moto, transporte pago pela Prefeitura para conduzi-la ao amanhecer e retornar ao final da tarde. Ela lecionava educação infantil e as quatro primeiras séries do ensino fundamental, com crianças e adolescentes na faixa etária de cinco a dezessete anos.

Nos seus relatos, dá ênfase à grande dificuldade e à carência das famílias que a acolhiam. Registrou os constrangimentos por que passava quando da hora do almoço – em razão dos alimentos que levava para àquela hora – precisava dividir com os demais que, muitas vezes, só tinham feijão e farinha para almoçar.

Pela fala da professora, dá para perceber que não havia condições físicas satisfatórias para a realização da prática do ensino-aprendizagem, bem como por outros motivos, como falta de interação e parceria da escola com a comunidade.

A região de Balança é talvez a mais carente do Município e não usufrui do clima serrano de Ara-

tuba, mas sim do clima de sertão, que abrange 35% do Município e chega à temperatura de 40^o, configurando-se uma região árida, com um calor de rachar a terra, secar as águas das barragens, mas, segundo a professora entrevistada, “não consegue enrijecer a alma das pessoas que lá habitam” (professora A), que a recebem com muito carinho.

Nas vivências desta professora de Balança, conforme ela mesma define, as prioridades daquela comunidade eram assim postas:

Lá funcionava da seguinte forma: primeiro vinha o roçado, segundo a água, terceiro a lenha, quarto a roupa para lavar que a água era uma distância enorme e por último vinha a escola que funcionava como lazer¹⁹.

Está constatada que havia a negação da cidadania no que se refere aos direitos sociais. Era flagrante a violência aos direitos humanos, por falta de políticas públicas que contemplassem a dignidade humana, evitando com isso a exclusão e a marginalização de crianças e adolescentes.

Esta reflexão remete a indagar sobre as perspectivas e prioridades que essa comunidade possuía. A

19 Depoimento de uma professora municipal gravado em entrevista feita por esta pesquisadora em 08 de março 2001.

que educação de qualidade, tão propagada na Lei e nos planos governamentais, os alunos de Balança, localizada no Município de Aratuba, tinham acesso? De acordo com o depoimento da professora (A), esses alunos não estavam somente à margem da escola, mas também excluídos de toda uma vivência cidadã em que os direitos sociais e políticos não eram conhecidos, tampouco vivenciados.

A realidade hoje é de escola nucleada em que os alunos de Balança estão ligados à Escola de Marés, atendida por transporte e merenda escolar. A forma de vida da comunidade pouco mudou, já que a falta d'água e as políticas agrárias que permitem trabalhar a terra e dela tirar o próprio sustento continuam deficientes. A sustentabilidade depende de políticas públicas e recursos, que constituem utopia na realidade brasileira.

É nessa realidade que trabalham os professores de Aratuba, buscando uma vivência de cidadania e criticidade, para refletirem com seus alunos, conforme declara a professora (A):

Se eu, enquanto educadora, ainda não aprendi a lutar pelos meus direitos, devo deduzir que ainda não estou pronta para ser agente de transformação. Na minha concepção educação se dá com exemplos.

A Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 227, reza que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.

Dentro dessa concepção, as crianças e adolescentes passam a ser encarados como sujeitos de direitos que devem ser protegidos pelo Estado e pela sociedade. A fase da vida – infância e adolescência – torna-se um período essencial para a formação do cidadão, portanto, um momento de aprendizagem do lúdico, do desenvolvimento intelectual, moral e físico.

Resta ao Estado fomentar políticas públicas que garantam a construção dessa “nova concepção” de infância e adolescência e cumpra o estabelecido nas leis, o que estava sendo negado à comunidade de Balança, em Aratuba, antes da nucleação de escolas, cujo Programa é considerado

pelos sujeitos envolvidos como inclusivo e que vem permitindo acesso a uma escola de qualidade aos estudantes de Aratuba.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9.394/96 enfatiza a gratuidade do ensino de qualidade e a obrigatoriedade de toda criança na escola. O Estatuto da Criança e do Adolescente ECA - Lei Federal 8.069/90 consolidou os direitos das crianças e dos adolescentes, consubstanciou-os em sujeitos de direitos e estabeleceu todo um sistema de garantia de direitos e de proteção integral e integrada, reforçando o papel do Estado como mantenedor dessa proteção.

Todos esses direitos positivados, contudo, foram negados à comunidade infantil de Balança, que era obrigada a trabalhar em condições subumanas em detrimento da escola, da infância lúdica e da dignidade social.

Essas questões – somadas àquelas ocorridas no interior da escola – passam pelo docente e pelo seu cotidiano com os alunos; daí estarem intimamente ligadas ao trabalho do professor, que é solicitado a realizá-lo competentemente.

O Programa de Nucleação das Escolas em Aratuba vem restaurando esses direitos positivados e propagados na legislação brasileira. Essa efetivação ocorre quando toda criança e adolescentes residen-

tes no Município têm acesso à escola, ao transporte escolar, à merenda e à inclusão no “Programa de Prevenção e Saúde Bucal”, que atende educação infantil e crianças do primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental.

Esse programa de “Saúde Bucal “consiste no atendimento e acompanhamento na escola por uma equipe de odontólogos, cuja função é fazer uma avaliação com atendimento de urgência para os casos de identificação de cárie ou diagnósticos outros, palestras educativas para alunos, pais, professores e comunidade, explicando a importância e os benefícios da higiene bucal e a forma correta da escovação, buscando criar uma cultura de preservação da saúde.

Toda criança na faixa etária de dois a dez anos recebe um *kit* com seu nome gravado na escova, e, diariamente, após a refeição da merenda escolar, é efetuada a escovação acompanhada por professores, que também são orientados para a aplicação sistemática e periódica do flúor.

A nucleação das escolas também se preocupa com a formação contínua do professor, e, através das Secretarias de Educação do Estado e do Município e de instituições formadoras competentes, vem desenvolvendo a reflexão da prática educativa e da reciclagem dos docentes e demais agentes educacionais.

Depois dessa breve “incurião” pelo sistema de ensino em Aratuba, conhecendo suas escolas e seu Programa de Nucleação, pretende-se ainda continuar relatando sobre sua realidade educacional, mais especificamente do professor municipal, pois importa saber que formação esses agentes de educação estão recebendo para corresponder ao ensino de qualidade das escolas nucleadas. Este assunto é tema do próximo capítulo.



IV

A Formação do Professor no Programa de Nucleação em Aratuba

Este Capítulo faz breve contextualização sobre a formação de professor no Estado do Ceará. Para isso, buscou-se esteio teórico em Lima (2001, p. 54), a qual assinala em seus estudos que a demanda por curso de qualificação cresceu nas duas últimas décadas do século passado, demonstrando a tentativa dos professores em responder aos impactos e mudanças da política educacional do Ceará.

A nucleação das escolas municipais de Aratuba apresenta-se como uma proposta da gestão municipal que, no seu discurso oficial, promete qualidade no ensino, investimento nas estruturas físicas da escola, na aquisição de material didático, tecnológico e, principalmente, no desenvolvimento profissional do professor.

4.1 A Formação de Professores

A profissão do professor se realiza, antes de tudo, na relação social que estabelece com os gestores da escola (quando no ambiente formal do ensino), os outros professores, a família do aluno especialmente os pais, mas, essencialmente com o aluno. Lima (2001, p. 13), sobre o trabalho do professor afirma:

A profissão do professor está situada exatamente no intercâmbio

bio entre o conhecimento sistematizado que a escola oferece e o aluno, portanto, se desenvolve nessa ponte representada na mediação entre o aluno e o saber, o ensino e a aprendizagem.

Com efeito, levando na devida conta a lúcida expressão da autora, guardo a certeza de que, para falar em Educação de qualidade e Cidadania na escola, têm-se obrigatoriamente de passar pelos professores que são agentes educacionais e estão no dia-a-dia realizando a tarefa de ensinar.

Quando estuda-se o Município de Aratuba, objetivando conhecer a sua prática pedagógica, a interação com a comunidade, reconhece-se a necessidade de estudar também a formação contínua que vem sendo oferecida pela Secretária de Educação de Aratuba, pela Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará – SEDUC, e por outros organismos.

As grandes mudanças operacionalizadas no sistema educacional de Aratuba na sua busca de qualidade da Educação foram acompanhadas de cursos para seus professores. O questionamento que se faz é sobre se a capacidade dos ensinamentos adquiridos nesses espaços é indicativa de cidadania para os professores.

Nos dizeres de D' Ambrósio (1998, p. 239-250),

a maior dificuldade da escola é sua lentidão em se transformar, em se adaptar à sociedade moderna e assim fazer ante os desafios do futuro. As grandes dificuldades da educação são centradas na formação inadequada do professor.

O autor ainda indica que essa inadequação na formação do professor prende-se à falta de capacitação para conhecer o aluno e à obsolescência dos conteúdos adquiridos na licenciatura.

O Programa de Nucleação das Escolas de Aratuba propõe-se a ser mais um reforço na luta contra o fantasma do analfabetismo e do direito à escola de qualidade. Pelo menos é o que consta no discurso oficial e nos relatórios da Secretaria de Educação do Município, em cuja proposta de intenção aparece como valorização do professor a participação social como fator de mudança em favor de uma Educação democrática e implantação de infra-estrutura.

Concorda-se com o fato de que a melhoria da qualidade do ensino passa necessariamente pela qualificação permanente do professor. Questiona-se se esse docente está também motivado para

desempenhar essa missão de educador, tem tempo para estudo e se percebe salários dignos.

Para se continuar comentando sobre preparação de professores e formação contínua, é necessário um esclarecimento sobre essa categoria. Na definição de Porto:

[...] associa-se o conceito de formação de professores à idéia de inconclusão do homem; identifica-se a formação com percurso, processo – trajetória de vida pessoal e profissional, que implica opções, remete a necessidade de construção de patamares cada vez mais avançados de saber ser, saber fazer, fazendo-se. Portanto, torna-se possível, a partir dessa lógica, relacionar a formação de professores com o desenvolvimento pessoal – produzir a vida – e com o desenvolvimento profissional – produzir a profissão docente (Porto 2000, p. 13).

Também merece consideração o contexto do professor formador, para cuja realidade Lima (2001, p. 138), chama atenção, quando adverte:

O professor formador, geralmente, é um docente ligado à universidade que vivenciou, no final do século, a difícil tarefa de situar-se

em uma sociedade assinalada pela acumulação flexível e em uma universidade operacional, marcada pela lógica do mercado, viabilizada pela política neoliberal. A priorização da qualidade e da competência direcionadas para a manutenção e acumulação do capital tem levado o professor da universidade a um ativismo tarefeiro, distanciando-o cada vez mais de sua função de intelectual, cientista da educação.²⁰

O advento da Emenda 14, e posterior promulgação da Lei 9.324/96, denominada lei do FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério, deu suporte para o financiamento da Educação e permitiu remuneração mais digna para o professor da rede pública. “O discurso de valorização do magistério termina servindo para fins seletivos: o diploma, o currículo, sem considerar a categoria como classe. Fica mais na luta individual, cada um por si.”²¹

Aratuba, por intermédio da SEDUC, aderiu ao concurso público único para professor, coordenado pelo Governo do Estado do Ceará, que

20 LIMA, op. Cit., p, 138.

21 Ibidem, p, 133.

conseguiu articular 123 municípios cearenses no mesmo concurso, objetivando melhorar o nível dos professores, atender aos dispositivos legais e quebrar em parte as práticas clientelistas muito presentes na realidade municipal brasileira.

No relatório aludido, o Prefeito reporta-se à melhoria da qualidade do ensino, à vinculação direta da qualificação dos professores afirmando que:

É hora das universidades públicas caírem em campo, literalmente, isto é, indo de encontro a este grande Brasil do interior, para efetivamente capacitar todos os professores, de forma que em oito anos todos os professores deixem de ser leigos e tenham habilitação em nível superior, como exige a LDB. Este é ainda um sonho, mas que pode, deve e será realizado. Basta decisão política, até por que os recursos estão assegurados.²²

Coerentes com esse discurso, todos os professores da rede municipal de Aratuba possuem diploma de curso Normal e 90% estão cursando a licenciatura plena em nível superior na Universidade Estadual do Ceará – UECE.

22 Prefeito de Aratuba, Julio César Batista.

Todo esse empenho no sentido de formar os professores do ensino formal não garante por si só um perfil de “bom professor”. Esta qualidade depende também de fatores subjetivos como dedicação, vocação, amor, alegria etc. Eis a opinião de D’Ambrósio (1988, p. 243) sobre o assunto:

Ninguém poderá ser um bom professor sem dedicação, sem preocupação com o próximo, sem amor no sentido amplo. O professor passa aquilo que ninguém pode tirar de alguém, que é o conhecimento. Conhecimento só pode ser passado adiante por meio de uma doação. Igualmente, o professor não é um sol que ilumina tudo. Sobre muitas coisas ele sabe bem menos que seus alunos. Amor não é querer brilhar sozinho. É importante abrir espaço para que o conhecimento do aluno se manifeste. Como uma vez disse Guimarães Rosa, “Mestre é aquele que às vezes pára para ouvir.” E daí a importância de conhecer o aluno. Claro que educação é um ato político. Se algum professor julga que sua ação é politicamente neutra, não entendeu nada de sua profissão e o melhor é mudar logo. Tudo que fazemos, nosso

comportamento, nossas opiniões e atitudes, são registrados e gravados pelos alunos e entrarão naquele caldeirão que fará a sopa de sua consciência. Maior ou menor tempero político é nossa responsabilidade. A responsabilidade maior do professor, que vai além de sua disciplina específica, é formar o cidadão.²³

Esse tema também é abordado por Freire (1979, p. 29), que fala do amor-desamor, da compreensão e do respeito como tarefas do sujeito, consoante se observa em excerto de um texto de sua autoria, a seguir:

O amor é uma tarefa do sujeito. É falso dizer que o amor não espera retribuições. O amor é uma intercomunicação íntima de duas consciências que se respeitam. Cada um tem o outro como sujeito do seu amor. Não se trata de apropriar-se do outro. Nesta sociedade há uma ânsia de impor-se aos demais numa espécie de chantagem de amor. Isto é uma distorção do amor. Quem ama o faz amando os defeitos e as qualidades do ser amado. Ama-se na

23 D'AMBRÓSIO, op. Cit., p, 243.

medida em que se busca comunicação, integração a partir da comunicação dos demais. Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo não o respeita. Não há educação do medo. Nada se pode temer da educação quando se ama.

É importante ressaltar o argumento de que, além da motivação, do amor e do conhecimento, a alegria do educador na interação com seus educandos constitui um pressuposto importante, e, para reforçar este ponto de vista, é conveniente observar o que Alves (2001, p. 19-31) afirma:

Vai aqui este pedido aos professores, pedido de alguém que sofre ao ver o rosto aflito das crianças, dos adolescentes: lembrem-se de que vocês são pastores da alegria e que sua responsabilidade primeira é definida por um rosto que lhes faz um pedido: "Por favor, me ajude a ser feliz[...]

Ainda o mesmo autor continua explicitando em outro fragmento da mesma obra, quando diz:

Acho que a educação frequentemente cria antas: pessoas que não se atrevem a sair das trilhas apreendidas, por medo da onça. De suas trilhas sabem tudo, os mínimos detalhes, especialistas. Mas o resto da floresta permanece desconhecido

4.2 A Formação do Professor pelo Programa de Nucleação em Aratuba

Do que se pesquisou em Aratuba sobre a formação dos professores, pode-se concluir, fazendo referência ao texto anteriormente citado de Rubem Alves, dizendo que Aratuba tem tentado “sair da trilha e enfrentar a onça”. Inovou no sistema da “nucleação das escolas”, no transporte escolar integrado, no atendimento ao ensino médio, e vem desde 1997 investindo na formação dos professores, buscando melhorar a qualidade do ensino. Para isso buscou parcerias com a SEDUC, a Universidade Estadual do Ceará – UECE e a Fundação Demócrito Rocha.

Diante do exposto, não pode-se asseverar que em Aratuba há uma consolidação de vivência da educação de qualidade, mas, comparando ao sistema de escolas isoladas anterior à nucleação com o que se vivencia hoje, não se pode negar que houve um avanço no nível de ensino dos professores, os quais

estão mais motivados e com bem mais elevada auto-estima; as escolas estão em boas condições de funcionamento e o transporte escolar integrado atende a todo o município, inclusive as regiões mais inacessíveis, atendidas pelo “pau-de-arara²⁴”, conforme foi explicitado e que constitui uma limitação, mas, pequena exceção.

Também graças a uma observação participante, e comparando Aratuba com outros municípios do Ceará onde se ministraram aulas, pode-se assegurar que os professores de Aratuba se distanciam dos demais observados no que se refere às leituras teóricas, à criticidade em relação ao ensino-aprendizagem, no planejamento das aulas, e principalmente na questão da auto-estima de desenvolver suas tarefas numa escola grande, com estrutura pedagógica e tecnológica, em situação diametralmente oposta à de antes de ser implantado o Sistema de Nucleação, trabalhando em unidades escolares isoladas.

Na Escola Nucleada de Barreiras, há uma diversidade cultural bem trabalhada com alunos e a participação da comunidade local. Lá é desenvolvido um artesanato com madeira, papel, linha

24 Hoje a realidade do transporte escolar de Aratuba é outra, uma vez que o sistema conta com uma frota de nove ônibus e três caminhões “pau-de-arara”, estes para atender a comunidades escolares em terreno acidentado, onde só vão veículos com forte tração.

e outros artefatos, cursos de música, coral, yoga, canto, teatro etc. Esses grupos se apresentam em festivais nas escolas, e nas datas festivas se deslocam para a Sede ou para outras cidades da região.

4.3 Avaliação dos Professores sobre os Cursos de Formação

Importa saber sobre a qualidade dos cursos de formação dos quais os professores vêm participando, de sorte que, para chegar a esta informação, aplicaram-se em 24 professores (de um universo de 108 no município), um questionário indagando sobre os pontos positivos e negativos dos cursos ora referidos.

As respostas foram as seguintes: dos 24 professores pesquisados, 87,5% (21) fazem o curso superior de Licenciatura Plena na UECE, nos programas do NECAD²⁵ e do MAGISTER²⁶.

O Programa do NECAD oferece curso de formação de professores do Ensino Fundamental em áreas específicas – Licenciatura Plena, enquanto o MAGISTER tem por objetivo habilitar professores

25 NECAD – Núcleo de Educação Continuada a Distância .

26 MAGISTER- Programa de formação de professores para o ensino básico em nível superior, Licenciatura Plena, oferecido pelo programa de parceria da Secretaria de Educação Básica do Estado e UECE.

para Educação Básica, qualificando-os em Licenciatura Plena, com objetivos específicos de desenvolver um processo de formação de professores para a Educação Básica nas áreas de Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza, e Matemática e Ciências Humanas, numa dimensão crítico-reflexiva, qualificando-os para o exercício da docência em áreas específicas.

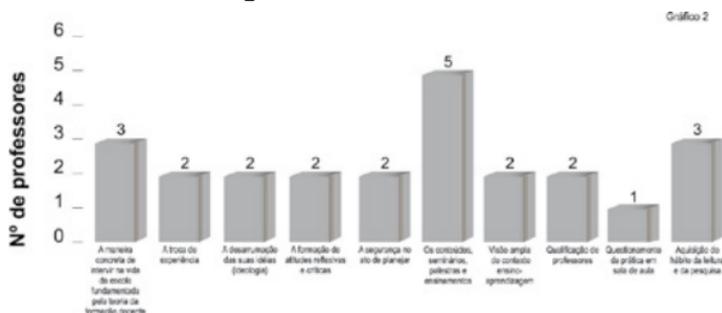
O Programa do MAGISTER também busca desenvolver um projeto que possibilita aos professores - alunos o exercício da reflexão sobre sua prática pedagógica, contribuindo para o desenvolvimento de sua profissionalização e Cidadania, articulando a formação acadêmica com a formação em serviço, na perspectiva de uma articulação entre teoria e prática.

Os professores-alunos apontam como principais pontos positivos dos cursos de licenciatura da UECE, nos programas do NECAD e MAGISTER, o seguinte:

- a) a maneira concreta de intervir na vida da escola fundamentada pela teoria da formação docente 16% (3);
- b) a troca de experiência 11% (2);
- c) a desarrumação das suas idéias (ideologia) 11% (2);
- d) a formação de atitudes reflexivas e críticas 11% (2);
- e) a segurança no ato de planejar 11% (2);

- f) os conteúdos, seminários, palestras e ensinamentos 27,5% (5);
- g) visão ampla do contexto ensino-aprendizagem 11% (2);
- h) qualificação de professores 11% (2);
- i) questionamento da prática em sala de aula 5,5% (1); e
- j) aquisição do hábito da leitura e da pesquisa 18,5% (3).

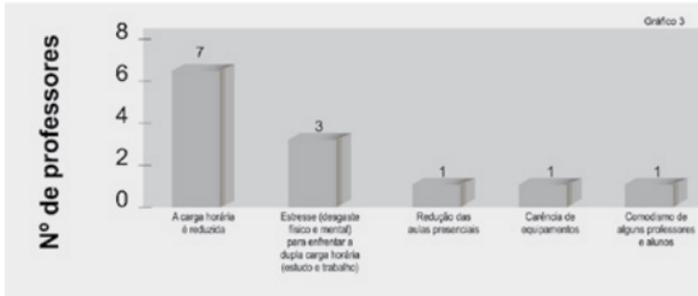
Gráfico 2: Pontos Positivos dos Cursos Apontados pelos Professores



Quanto aos pontos negativos dos referidos cursos, os professores pesquisados evidenciaram que:

- a) a carga horária é reduzida 38,5% (7);
- b) o estresse (desgaste físico e mental) para enfrentar a dupla carga horária (estudo e trabalho) 16,5% (3);
- c) a redução das aulas presenciais [5,5%(01)];
- d) a carência de equipamentos [5,5%(1)];e
- e) o comodismo de alguns professores e alunos [5,5% (1)].

Gráfico 3: Pontos Negativos dos Cursos Apontados pelos Professores



A constatação desse *status quo* revela o empenho dos professores para apreender o conhecimento, construir-se como um cidadão mais reflexivo e crítico e desenvolver na prática cotidiana da escola uma Educação de qualidade acessível a todos, como um direito fundamental e social tão difundido em nossa Constituição, mas tão difícil de ser vivenciado.

Aratuba, se está buscando encontrar caminhos é porque os professores acreditam nessa estratégia de políticas públicas implantadas pela Secretaria de Educação do Município e, segundo os entrevistados, tem se dedicado de “corpo e alma” para que esse objetivo seja alcançado.

Com o intuito de ilustrar, cita-se a seguir fragmentos “das falas” dos professores de Aratuba:

Sou estudante do curso de formação de professores para o Ensino Fundamental, ministrado pela UECE – NECAD desde julho de 1998. O curso é muito importante, está dando-me uma visão mais ampla do contexto ensino-aprendizagem (Professora B).

O tempo é muito corrido para assimilação dos conteúdos e trabalho (Professora C).

Quem conseguiu aprovação está cursando o ensino superior aqui no município ou em Baturité pelo Magister. Os demais, estão em sala sem uma formação mais rebuscada para atender a clientela. Há muitos professores contratados temporariamente que têm apenas o 2º grau do ensino médio científico com profissionalização para o magistério. A formação é pouca para tantas responsabilidades, até porque ela é “muito falatório teórico” (Professora D).

As escolas nucleadas trouxeram como benefício à melhora no nível dos professores, as escolas foram ampliadas, o transporte que hoje atende os alunos, também trazem os pais para as reuniões nas escolas; as estradas oferecem melhor acesso. As comunidades estão sendo melhor assistida (Professora E).

Para cursar a licenciatura no programa UECE-MAGISTER, falta condição para o nosso deslocamento e estadia em Baturité, prejudicando o aproveitamento no curso. O ponto negativo do MAGISTER é a falta de material (Professora F).

No que se refere aos cursos de qualificação ministrados pela SEDUC, os professores fizeram referências aos treinamentos para trabalhar com ciclo e classe de aceleração. Nesta avaliação, 41,7% (10) dos que participaram do treinamento para trabalhar com ciclos apontaram como ponto positivo à troca de experiência e como pontos negativos a falta de acompanhamento ou continuidade: distância entre teoria e prática e pouco tempo.

Quanto aos treinamentos para trabalhar com classe de aceleração, também ofertados pela SEDUC, dos professores investigados, 29,2% (7) deles participaram e apontaram como importante as “dicas teóricas de como trabalhar com aluno fora de faixa”. Como pontos negativos, aparecem à distância entre teoria e prática e o fato de a instrutora do curso não conhecer a prática, mas apenas a teoria, dificultando a assimilação dos conteúdos. Essas queixas também foram exteriorizadas durante o Curso de Educação de Jovens e Adultos, com a participação de 20,8% (5) dos entrevistados.

Continuando ainda com a avaliação dos professores sobre os cursos ministrados, recolheu-se um indicador de 12,5% (3) dos interrogados que fizeram o curso para trabalhar com o Tempo de Avançar, oficiado também pela SEDUC. Os treinados consideram como pontos positivos os temas estudados, as dinâmicas, os questionamentos e as trocas de experiências. O débito ficou também por conta do excesso de teoria e insuficiência de prática, além dos poucos conhecimentos sobre a realidade de sala de aula e do pouco do tempo destinado à programação.

Os treinamentos oferecidos pela SEDUC no ciclo e aceleração foram muito vagos e deixaram muito a desejar, por ser uma coisa nova, não ficou bem claro para os educadores como desenvolver as atividades referentes a estas etapas (Professora G).

Para o Curso de Formação Continuada, ministrado pela Fundação Demócrito Rocha, 37,5% (09) dos professores questionados desenvolveram o referido programa, indicando como altamente positiva a qualidade do material. Os defeitos maiores apontados por eles foram a demora na realização das provas e o retardamento na divulgação dos resultados.

O curso de formação continuada a distância oferecido pela Fundação Demócrito Rocha, apesar de ser um curso inteiramente a distância, sem momentos presenciais, nos oferece um material riquíssimo e de alta qualidade (Professora D).

Outros cursos também são freqüentados pelos treinandos como, por exemplo, “Prevenir Sempre é Melhor”, parte do projeto “Amor à vida”, da Secretaria de Ação Social do Estado, assistido por 4,2% da clientela, que expressa como vantagem o fato de ensinar a lidar com adolescentes, porém sem material para o exercício prático.

É surpreendente a pluralidade de cursos dos quais os professores de Aratuba vêm participando para dar conta da proposta de melhoria no nível educacional e no que se refere ao ensino-aprendizagem. Muitas trilhas, no entanto, ainda devem ser percorridas para que se conheça a “floresta”, fazendo mais uma vez referência à metáfora de Rubem Alves, mas concluí que Aratuba está indo na vereda certa. Mesmo com limitações e dificuldades, se constrói a grande possibilidade de inclusão da Educação formal, o que certamente ocorrerá a médio prazo, desde que os programas tenham continuidade e os participantes – em vista do sucesso dos diversos passos do projeto – estejam sempre mais emulados para a consecução das metas programadas.



V

Ampliando os Espaços de Inclusão

O estudo até aqui apresentado, como mencionado na Introdução, contemplou a pesquisa desenvolvida para o Mestrado de Educação da Universidade São Marcos (São Paulo), concluído em 22 de março de 2002, cujo recorte temporal contemplou o período de 1996 a 2001.

A oportunidade de socializar essa experiência com outros municípios através da publicação em livro, para mostrar as potencialidades do Município de Aratuba e, principalmente, a experiência de nucleação das escolas, porque se mostrou frutífera como estratégia de política pública municipal que vem dando certo e contribuindo para a inclusão social. Nesse sentido, foi-se compelido a voltar para Aratuba, com o objetivo de continuar relatando os acontecimentos a partir de 2001 até 2004. O que foi realizado foi uma nova “garimpagem” de informações, cuja consolidação abriu espaço para o acréscimo deste capítulo, meses após concluir a pesquisa acadêmica, que teve como base a educação desse Município e seu sistema de nucleação das escolas.

Diante da possibilidade de publicação da pesquisa, observou-se a necessidade de continuar o relato, complementando o período que inicialmente comportava dados referente a 1996 - 2001, ampliando para 1996 - 2004. O objetivo foi apre-

sentar um estudo atualizado, preenchendo o vazio de tempo entre a conclusão do mestrado e a publicação que, só agora, se viabilizou.

A divulgação deste trabalho tem a pretensão de contribuir com outros municípios do Ceará e do Brasil, que desejem se beneficiar da experiência das políticas públicas postas em prática em Aratuba, no que se refere à Educação, adaptando-a obviamente à realidade de seus municípios, respeitando as peculiaridades regionais e culturais de cada contexto.

Este trabalho pouco contribuiria para a sociedade se apenas se restringisse a fazer reflexões. É necessário que elas tenham um posicionamento diante da realidade e uma proposta de transformação. No caso em pauta, uma ação transformadora pode ser acionada na medida em que se divulga para outros municípios e se estimula, com o exemplo da experiência vivenciada em Aratuba, outras iniciativas no mesmo sentido. Obviamente, isso por si só não basta, sendo necessário que instâncias políticas se sensibilizem, que recursos financeiros e humanos sejam remanejados, que haja, enfim, vontade de mudar e fazer. É o que espero que aconteça, que a transformação através das políticas educacionais de cidadania e inclusão social, buscando o desenvolvimento das compe-

tências humanas e a auto-sustentabilidade, amplie-se a outros espaços do Estado do Ceará.

O resultado mais interessante desta discussão, entretanto, é o particular destaque à educação básica, cuja missão essencial é estabelecer condições fundamentais do saber pensar e do aprender a aprender, requisitos indispensáveis para que a população participe de modo consciente e seja agente ativo das transformações da sociedade.

O fenômeno da pobreza não se traduz apenas em carência nutricional ou privação material. Não ter acesso a bens, renda, emprego, alimentos e má habitação etc, é com certeza uma dimensão da pobreza, mas alega-se, que seu epicentro é a **ignorância**, um fenômeno que gesta em cadeia todas as outras formas de exclusão.

Essa reflexão não é algo retirado do vazio, pois encontra ressonância em inúmeros estudiosos da questão. Dentre eles destaca-se Demo (1995, p. 19), que compartilha dessa constatação, ao afirmar:

A pobreza mais comprometedor não seria aquela gestada no plano econômico ou no mercado, mas no plano da educação. Falta de oportunidade educativa é mais comprometedor do que falta de renda, por que pelo menos até certo ponto, não é viável superar a falta de renda sem a

capacidade própria de a gerar. Pobre é aquele que precisa de cesta básica, renda mínima, esmola, sem perceber que encontra aí apenas o aprofundamento da exclusão.

Educar é conscientizar, conscientizar é politizar. A idéia de certeza dessa relação explica o des-caso com o qual historicamente a Educação foi tratada pela classe dirigente. Em Aratuba, percebe-se que alguns passos largos foram dados. Há ainda um longo caminho a percorrer em busca de um ideal de capacidade participativa, emancipatória e de superação histórica. Percebe-se, porém que isso está acontecendo de forma lenta e processual, originando a esperança de se vivenciar uma sociedade mais justa.

Um indicativo que induz a esse raciocínio foi observado recentemente, ao se visitar Aratuba, juntamente com alunas do Curso de Pedagogia da Faculdade Christus, por ocasião de uma Jornada Cultural em intercâmbio com educadores municipais que haviam sido alunos do Curso de Pedagogia na Universidade Vale do Acaraú. Constatou-se na fala dos atores uma autonomia e criticidade ao apresentarem um resgate da história política e cultural de Aratuba, que reforça a idéia de que **educação** e **conhecimento** representam os fatores mais deci-

sivos do desenvolvimento humano. Isso torna-se extremamente relevante porque tal atitude emana de professores que, se sabe são agentes disseminadores importantes dessa ideologia.

Imprime-se justificada ênfase ao fato de que a Jornada Cultural referida integra um esforço de contribuição que se tenta apresentar ao Município, pois alia-se à crítica que se faz aos pesquisadores sociais que constroem uma relação dicotômica sujeito/objeto, adotando uma posição autoritária do primeiro em relação ao segundo.

Tal afirmação respalda-se na contumaz atitude de alguns pesquisadores que, tão logo alcançam seu intuito e escrevem seus trabalhos, abandonam o objeto estudado à sua própria sorte, constituindo-se a pesquisa não mais do que uma utilização com fins pessoais do investigador. Por pensar assim é que não foram rompidos os laços com Aratuba, pois há compromisso em continuar contribuindo e estimulando o desenvolvimento da educação do Município, ampliando e cristalizando os laços de afetividade com a comunidade, bem como com os professores e dirigentes das escolas e gestores da Secretaria de Educação. A Jornada Cultural foi iniciativa pós-pesquisa e simbolizou apenas uma das muitas outras, que se pretende sugerir e delas participar.

5.1 Programas e Projetos Implementando o Desenvolvimento Social de Aratuba

O desenvolvimento social é tomado como fenômeno profundamente complexo e necessita, mais do que muitas outras políticas, incluir uma visão de esforços conjuntos e recursos de longo prazo. Esta realidade faz-me crer que Aratuba está se inserindo na rota do desenvolvimento social é que essa experiência já vem se prorrogando por mais de seis anos, ao passo que outros programas estão se somando na ampliação desse espaço. Além do ensino regular, outras iniciativas foram empreendidas com tal objetivo e em cumprimento ao artigo 4º. da LDB 9.394/96.

Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de :

I. ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II. progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

VI. oferta do ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VIII. atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meios de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência a saúde.

Os Programas implantados com êxito foram:

a) Projeto Jovem Produtor Rural

Para minimizar o fenômeno tipicamente brasileiro no que se refere a seca, falta de água e perda da safra, o poder público local, em parceria com o poder estadual, vem desenvolvendo o Programa “Jovem Produtor Rural”, que consiste em capacitar jovens, através de cursos e vivências, para a atividade agrícola, com o objetivo de aproveitar toda a potencialidade que o Município oferece nessa atividade e gerar renda, além de formar e manter seus jovens no próprio “*habitat*”. Para que isso se viabilize sem afastar os jovens da escola, a Prefeitura mantém parceria com o Governo do Estado no sentido de atender o ensino médio também na zona rural, onde funcionam escolas nucleadas com ensino fundamental nos turnos diurnos, ofertados pelo Município, e Ensino Médio no turno da noite, promovido pelo Estado. Consolida-se, pois, mais uma inclusão viabilizada por esse modelo

que também inclui o transporte escolar oferecido pela Prefeitura, para alunos do ensino médio.

b) Projeto Primeiras Letras

O Município, em parceria com a ONG - Comunicação e Cultura, que oferece a parte gráfica, visa à melhoria na produção de textos e leitura, contemplando as quatro séries do ensino fundamental. A dinâmica consiste em publicar jornais e textos produzidos pelos alunos no ambiente escolar.

c) Projeto de Educação Ambiental

Este projeto trabalha os temas transversais na escola no que concerne à Educação ambiental, tendo como parte teórica as pesquisas bibliográficas, palestras de conscientização e vivências com a comunidade apresentadas em forma de gincanas e de outras técnicas. A parte prática consiste na produção de horta orgânica, objetivando a complementação da merenda escolar. Este Projeto está sendo desenvolvido há mais de um ano em todas as escolas nucleadas, com efetivação da horta nas escolas da Sede, Pai João, Pindoba e Mundo Novo, empregando recursos do Município.

d) Projeto Lugar de Lixo é no Lixo

Com recursos do Município e visando a construir nos alunos, professores e comunidade escolar,

uma cultura de preservação ambiental, esse Projeto é executado em todas as escolas.

e) Projeto Escolinha de Esportes

Em parceria com o Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento da Criança e do Adolescente PROARES e com recursos do Município, esse Projeto objetiva integrar o aluno a atividades extra-classe nos períodos em que não está na escola. Sua efetivação não está sendo alcançada plenamente, por dificuldade na aquisição do material esportivo, em decorrência da carência de recursos.

f) Projeto Livre-se da Dengue

Nesse Projeto, o Município conta com a parceria da Fundação Nacional de Saúde, no que concerne a campanhas de conscientização, palestras nas comunidades e trabalho de campo para identificar focos da doença.

g) Projeto Reforço Escolar

É uma iniciativa da Secretaria de Educação Básica do Município, visando a acompanhar e assistir os alunos com deficiência nos conteúdos escolares, em turnos extraordinários. Está sendo implantado em todas as escolas, mas está efetivado nas escolas nucleadas da Sede, Pai João e Barreiros.

h) Projeto Amor à Vida

Aqui o Município faz parceria com as Secretarias de Educação e de Saúde do Estado do Ceará, e desenvolve um trabalho voltado para a educação sexual, prevenção de drogas e gravidez precoce, enfocando também questões de gênero. São desenvolvidas palestras proferidas por médicos, enfermeiros e educadores, além de debates com jovens e demais pessoas da comunidade, visando à conscientização e ao despertar para uma vida saudável.

i) Projeto de Teatro

Elaborado e desenvolvido pela Secretária de Educação Básica do Município, tem como finalidade identificar habilidades e competências dos alunos, nessa área, e desenvolver as potencialidades artísticas. Todas as escolas estão integradas com grupos de 20 alunos, capacitados semanalmente por um monitor da escola e acompanhados por um técnico em teatro vinculado à Secretaria de Educação Básica.

j) Projeto Coral

Inserido em todas às escolas do ensino fundamental segue a mesma metodologia do projeto de teatro.

l) Projeto Escola Viva

Programa do Governo do Estado do Ceará, implementado pela SETAS- Secretaria de Trabalho e Ação Social, mantendo parceria com o Município, que se empenha para que sua aplicação produza impacto social eficaz. Visa a integrar às políticas públicas de inclusão social, em que neste Projeto Estado e Município são parceiros nas reformas sociais.

m) Projeto Incentivo ao Grêmio Estudantil

Foi implantado em todas as escolas com a finalidade de disseminar uma cultura de participação, solidariedade, liderança, autonomia e auto-sustentabilidade, através do exercício de uma consciência política cidadã. A dinâmica consiste em trabalhar a interdisciplinaridade através dos PCN's Parâmetros Curriculares Nacionais, temas transversais e da atualidade, debatidos por alunos, professores e comunidade dentro de uma visão crítica.

n) Projeto Clube da Árvore

Desenvolve-se nas escolas, em parceria do Município com a ONG Fundação Souza Cruz. Está voltado à conscientização e preservação ambiental no que concerne à produção de mudas de árvores e trocas de sementes de espécies regionais e também diferentes, enfocando a importância do refloresta-

mento. Os recursos para efetivação do Programa são dispensados pelo Município, enquanto a Fundação Souza Cruz fornece o material didático, incluindo livros, revistas, vídeos e também as sementes para serem trocadas por outras da Região.

o) Projeto “Embarque Nessa”

Esse projeto, iniciativa do Município, visa a potencializar o turismo da Região e criar uma cultura de divulgação das peculiaridades da serra de Baturité, na qual Aratuba se encontra. Está sendo desenvolvido em toda a rede escolar do Município, preparando alunos da 6ª série para serem divulgadores da cultura local. Na interdisciplinaridade dos estudos de História, Geografia, Português, Inglês, Artes etc., eles são preparados e incentivados para serem divulgadores da cultura local e recepcionar turistas.

p) Projeto Rádio Enfoque

Também é uma iniciativa municipal, que consiste na produção radiofônica de notícias e textos produzidos pelos alunos e divulgados, uma vez por semana, na rádio comunitária municipal. Dada a dificuldade de locomoção dos alunos até a Sede para essa divulgação, está sendo implantada, com ajuda do PROARES, uma rádio comunitária em cada escola nucleada.

Outros projetos estão sendo elaborados, articulados e implantados, dentre os quais se destacam: **Projeto Vivência de Valores, Projeto de Literatura, Projeto de Dança e Projeto Higiene Bucal**. Neste último já está sendo efetivada a parte teórica, enquanto a parte prática - que consiste na escovação ou higienização bucal de todas as crianças - se realizará em momento posterior à merenda escolar, dependendo ainda da construção definitiva dos escovódromos²⁷.

5.2 Amostragem Quantitativa do Cenário da Pesquisa

No tópico 3.1 do capítulo III, faz-se referência às escolas das regiões de Brejo, Pindoba e Jacarandá, que, na época da pesquisa de 2001, funcionavam isoladas, por falta de estrutura viária, no que se refere a estradas e pontes.

A realidade hoje, porém está modificada, pois acrescida mais uma escola nucleada na região de Pindoba, que se agregou à escola de Jacarandá, ao passo que a escola isolada do Brejo passou a pertencer à nucleada de Mundo Novo, conforme demonstram os quadros 4 e 5.

27 Lugar apropriado para escovar os dentes na escola infantil e fundamental.

Quadro 4: Relação das Escolas Nucleadas de Aratuba em 2001

Região	Nº de Alunos cada Escola	Nº de Linhas de Ônibus
Pai João	578	4
Marés	644	5
Mundo Novo	418	5
Tope	495	2
Fernandes	195	1
Barreiros	458	2
Sede	1066	7
Total	3.854	

Quadro 5: Relação das Escolas Isoladas

Escolas Isoladas	Nº de Alunos cada Escola
Brejo	67
Pindoba	48
Jacarandá	22
Total	137

Quadro 6: Relação das Escolas Nucleadas de Aratuba em 2003

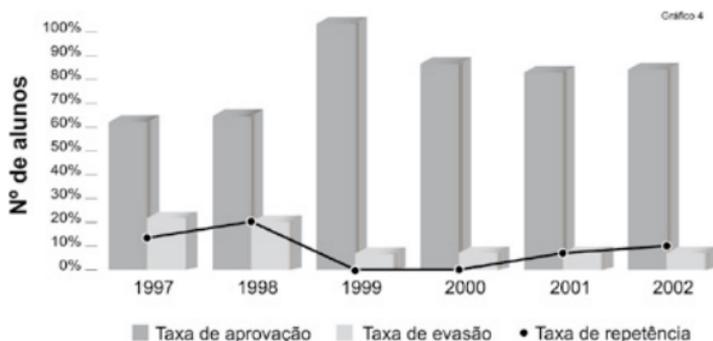
Região	Nº de Alunos de cada Escola	Nº de Linhas Circulando
Pai João	578	4
Marés	644	5
Mundo Novo	418	5
Tope	495	2
Fernandes	195	1
Barreiros	458	2
Sede	1.066	7
Pindoba	137	1
Total	3.991	27

No mesmo capítulo citado, fez-se referência ao transporte escolar e à presença de caminhão no transporte de alunos, para atender justamente a estas escolas isoladas. O problema hoje está superado, pois o sistema de transporte escolar de Aratuba é atendido por uma frota de 13 ônibus, para suprir a demanda de alunos.

No que concerne às questões polêmicas de aprovação, repetência e evasão, o leitor pode acompanhar a evolução do quadro 6, visualizando a seguir, e fazer uma análise da demonstração quantitativa.

Quadro 7: Demonstrativo de Aprovação, Repetência e Evasão

Ano	Taxa de Aprovação	Taxa de Repetência	Taxa de Evasão
1997	63,40%	13,00%	22,60%
1998	65,40%	17,20%	19,30%
1999	99,10%	1,10%	4,80%
2000	90,20%	1,10%	5,20%
2001	85,30%	4,60%	5,70%
2002	84,60%	6,90%	5,00%



Observa-se elevada taxa de repetência e evasão nos anos de 1997 e 1998. Os dados demonstram o que constatei na pesquisa empírica. Esses anos foram os mais críticos do período de implantação e consolidação do Sistema de Escolas Nucleadas. As dificuldades foram relatadas no capítulo 3, destacando-se como principais a falta de apoio de alguns professores, resistência à mudança por parte da comunidade, que, por sua vez, não acreditava que o programa pudesse trazer benefícios para a qualidade do ensino.

Continuando com as análises do quadro de evasão e repetência, e seguindo o que está demonstrado quantitativamente, é válido concluir que, nos anos de 1999 a 2002, houve uma redução significativa destes indicadores, o que nos remete a uma compreensão otimista e leva a acreditar que os objetivos estão sendo alcançados e, com isso, unificando-se a consolidação de um ensino de melhor qualidade.

No que se refere à aprovação, há um crescimento considerável de 1999 a 2002, em relação aos primeiros anos da implantação do sistema, em 1997 e 1998. Em relação a 1999, contudo, houve pequena queda nos anos posteriores. De acordo com a fala dos técnicos da Secretaria de Educação, este fato decorreu da acomodação da relação alu-

no faixa etária, enquanto que em 1999 ainda havia muitas classes de aceleração para contemplar os que estavam fora do intervalo de idade.

Essa afirmação se confirma em parte. As estatísticas, por si, não garantem qualidade, mesmo porque são notórios o interesse e as determinações das políticas públicas nacionais em atendimento aos princípios liberais, como também divulgar números que satisfaçam às exigências do Banco Mundial, principalmente no que se refere a evasão e repetência, senão vejamos o que diz a reportagem da Pátio Revista Pedagógica, nº 25, de Maria Lúcia Badejo:

No Brasil, a progressão contínua está em geral associada ao ensino por ciclos de formação, porém não necessariamente. As escolas estaduais de São Paulo, por exemplo, continuam com a organização seriada, mas aboliram a repetência. Com tal medida houve uma significativa redução da evasão e na defasagem idade série, embora isso não tenha isentado o governo de críticas em relação à qualidade do ensino.

Ainda no mesmo periódico citado, evidencio trecho da fala de Eliezer Pacheco, Secretário Mu-

municipal de Educação de Porto Alegre, que se refere ao assunto assim:

Outro obstáculo a ser vencido é a **aprovação** automática dos alunos pelas escolas usando como único critério a idade, independentemente das condições de avanço na aprendizagem. A inclusão social é importante, mas o principal é a aprendizagem.

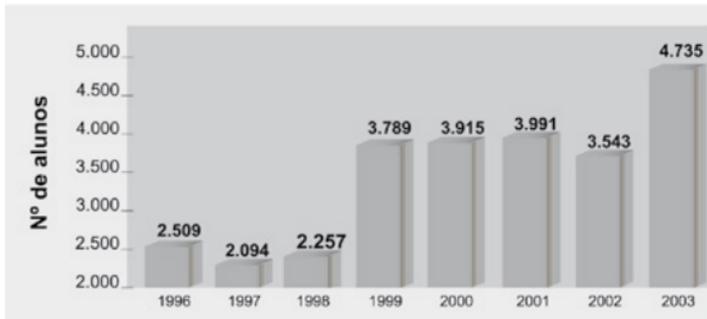
Concorda-se plenamente com as palavras do Secretário de Educação de Porto Alegre em priorizar a aprendizagem. Se assim não for, a escola ou o sistema não está cumprindo sua função social, pois estes alunos incluídos na escola estarão excluídos da sociedade, não conseguem inserir-se no mercado de trabalho, tampouco uma promoção para o nível superior.

Uma melhor compreensão da evolução das matrículas em Aratuba, pode ser visualizada no quadro seguinte que envolve o período pesquisado:

Quadro 8: Número de Matrículas de 1996 a 2003

Número de Alunos Matriculados							
1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
2.509	2.094	2.257	3.789	3.915	3.991	3.543	4.735

Gráfico 5 Número de Alunos Matriculados



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Aratuba.

Essa pesquisa em Aratuba, todavia, constata e afirma, que, por via da pesquisa qualitativa em coerência com a quantitativa, o ensino formal reflete uma realidade inclusiva e com progressão nos níveis de qualidade. Essa realidade é reflexo da política de formação de professores, do advento de consolidação de escolas nucleadas e do investimento na infra-estrutura dessas escolas, incluindo o transporte e a merenda escolar. Não podemos esquecer de evidenciar que os programas e projetos implantados com êxito são fatores determinantes dessa aprendizagem com qualidade.

Merece destaque especial a expansão do ensino médio, atendendo o espaço agrário do Município, ofertado em quase todas as escolas nucleadas, numa parceria entre o Município e Estado, cuja modalidade foi comentada anteriormente, enfocando a importância da continuidade dos estudos de nível básico como

cumprimento de um direito fundamental, garantido na Constituição Federal e efetivado na prática da cidadania em Aratuba.

A problemática do professor leigo, ainda presente nos sistemas de ensino do Brasil, também foi enfocada na primeira parte deste livro. Essa realidade, entretanto, já está superada em Aratuba, que investiu na formação dos docentes, efetuando parcerias com as Universidades Estaduais Vale do Acaraú UVA e Universidade Estadual do Ceará UECE, atendendo, a contento, a formação superior dos professores municipais.

Quadro 9 : Demonstrativo do Quadro de Coordenadores e Professores em 2003

Escolas	Nº Coordenadores			Nº Professores	
	Diretor	Vice Diretor	Coord. Pedagógico	1ª - 4ª série	5ª - 8ª série
Luiz Gervásio Colares	01	-	01	12	05
Rural dos Fernandes	01	-	01	04	04
Francisco José de Freitas	01	-	01	06	06
Francisco Nunes Neto	01	-	01	04	02
José Mendes da Cruz	01	-	01	08	06
Isabel Herminia Pinto	01	-	01	07	03
Maria Julia P. Batista	01	01	01	19	17
Norberto Botelho	01	-	01	12	08
Total	08	01	08	72	51

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Aratuba.

Eis o recorte de Aratuba que este trabalho conseguiu traduzir e explicitar, com o cuidado e a fidelidade que o assunto requer.

Conclusão

Nas reflexões sobre a cidadania no Brasil, que se encontram na parte inicial deste trabalho, abordou-se a ausência de clareza dos direitos por parte da sociedade. Entre a lei e a execução da lei há uma elasticidade muito grande, que favorece também a expansão do tráfego de influência e de poder para beneficiar os mais abastados em detrimento dos menos favorecidos, seguindo uma lógica que não corresponde à base do Direito, da igualdade da democracia e do pleno exercício de Cidadania.

Essa lógica, estranha à base do Direito, se perpetua na sociedade brasileira pela falta de acesso ao conhecimento de uma série de elementos básicos, problema cuja raiz se encontra na dimensão escolar. Quem não tem acesso à educação de qualidade não tem qualidade de cidadania, não sabe participar e ser autônomo nas suas decisões, não sabe, por conseguinte, avaliar critérios de seletividade para eleger seus representantes políticos.

As considerações sobre a cidadania no Brasil e a análise das falas dos sujeitos envolvidos no Programa de Nucleação das Escolas em Aratuba permitem apreender as representações sociais existentes sobre educação das escolas nucleadas,

e a formação que os responsáveis pela educação vêm recebendo para melhorar sua prática, envolvendo suas dificuldades e possibilidades.

A metodologia empregada para embasar ordenadamente o presente texto foi a análise de um estudo de caso, exercitando a coleta de dados através da pesquisa qualitativa e quantitativa, por meio de questionários e entrevistas. As informações que subsidiaram a análise foram colhidas junto aos diversos atores sociais, como professores envolvidos com a problemática, gestor municipal, secretário de educação, vereadores, alunos e pais de alunos, além, evidentemente, da pesquisa documental e bibliográfica.

Tal procedimento metodológico teve o objetivo de ultrapassar as limitações que a coleta de dados exclusivamente quantitativas apresenta, porque apreende dados de outra natureza: as impressões dos envolvidos no processo, as motivações, os fatos do dia-a-dia, os problemas pela óptica de quem os vivencia cotidianamente.

Recolheram-se algumas críticas feitas pelos investigados no decorrer da pesquisa, dentre elas o “cursismo”, ou seja, a corrida por cursos. Além de ser um dado ideológico, revela o medo de se perder as garantias profissionais, a possibilidade de outras oportunidades e promoções na sua área

de trabalho, acarretando desgaste físico e estresse. Por maior que seja o esforço, as condições objetivas e os problemas decorrentes de uma política neoliberal priorizam a desigualdade e a competitividade, fazem fluir os problemas de distância entre teoria e prática, falta de tempo, falta de acompanhamento.

Comentam ainda que os cursos são positivos, mas podem se transformar em fuga para os problemas do cotidiano. O inflacionamento de cursos sem um projeto político-pedagógico – que inclua a formação contínua – nem sempre é a melhor possibilidade de melhoria de qualidade.

Foi bem ressaltado que as escolas estão bem estruturadas e oferecem a maior facilidade ao acesso escolar, haja vista o crescimento no número de matrículas, proporcionando a professores, alunos e comunidade maior auto-estima e orgulho do sistema educacional do Município, que vem sendo construído com a participação da comunidade nas decisões escolares.

Vale ressaltar a parceria do Município com o Estado, a partir de 2001, para atender ao ensino médio nas escolas nucleadas da zona rural, antes oferecido apenas na Sede.

O enfoque privilegiado foi o sistema educacional, entretanto também foram contemplados,

de forma resumida, outros que se vincularam à cidadania como: os aspectos sociocultural, religioso, histórico, geográfico, econômico e político.

Não se poderiam encerrar estas reflexões sem destacar-se o fato de que as análises aqui realizadas, no que pese serem fundamentadas em metodologia de pesquisa científica, não se descontaminam completamente da visão de mundo da pesquisadora, os valores e história de vida que a todo instante se cruzam com a realidade vivenciada em Aratuba. Justifica-se tal fato pela origem interiorana, a convivência com familiares professores, e hoje a atuação como docente de Pedagogia (Licenciatura Plena) nos cursos de formação de professores, nos quais se assume uma responsabilidade política, na prática educativa na melhor acepção que esse termo pode comportar, na busca da educação formal de qualidade como instrumento de direito acessível a todos.

O processo de compreensão sobre o tema abordado apenas se inicia. À vista das constatações, Aratuba oferece possibilidades de apresentar, como um micro-universo, o exemplo da organização da Educação Básica no Brasil.

Bibliografia Consultada

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

ARAGÃO, Paulo Maria. A cidade de Aratuba. **O Nordeste**. Fortaleza, 1962.

_____. Uma aprazível cidade. **Gazeta de Notícias**. Fortaleza, 1966.

_____. Aratuba: um recanto esquecido da serra **Correio do Ceará**. Fortaleza, 1963.

BADEJO, Maria Lúcia. Evasão e Repetência. in: **Patío Revista e Pedagógica**. Branlio: Ministério da Educação no VII, nº 25 Fevereiro/abril, 2003 bimestral.

BARBOSA, Maria Isilda Lima (org.). **Histórico de Aratuba**. Aratuba:. Mimeografado. 1980.

BARROS, Edgar Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Codex: Porto, 1991.

BONETI, Lindomar Wessler (coord.). **Educação, Exclusão e Cidadania**. Ijuí: UNIJUI, 1997.

BRANCATO, Ricardo Teixeira. **Instituições de Direito Público e de Direito Privado**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. Lei n.º 1.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente** São Paulo: Peres, 1995.

_____. Lei n. 9.394 de **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

_____. Lei n. 9.424 do **FUNDEF**. 1996.

BRASIL/MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1998.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. Mulher e Universo Mágico: beatas e curandeiras. In: **SEMANA DA HISTÓRIA**, 9. Franca: Unesp, 1992, Resumos. Franca: FHDSS, 1992, pp. 29-47.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COHN, Gabriel (org). **Weber.** São Paulo: Ática, 1991 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 13).

CORDEIRO, Celeste. **Os Desafios da Gestão Compartilhada.** Fortaleza: Edições IPLANCE, 1998.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Tempo de Escola e Tempo de Sociedade. In. SERBINO, Raque Volpato et. All. **Formação de Professor.** São Paulo: EDUNESP, 1998.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida.** Campinas: Autores Associados, 1995.

_____. **Questões para a Teleducação.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O Cidadão de Papel.** A infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 16 ed. São Paulo: Ática, 1999.

DUARTE, Adriano Luiz. **Cidadania & Exclusão.** Florianópolis: Editora da UFSC. 1999.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 15 ed. Volumes 1 e 2. São Paulo: Globo, 2000.

FAZENDA, Ivani; SILVA JÚNIOR, Celestino A. da et alii. **Metodologia da pesquisa educaciona**. São Paulo: Cortez, 1994.

FARIAS, Maria Isabel Sabino de. **Docência no telensino-saberes e práticas**. São Paulo: Annablume, 2000.

FERRETTI, Celso João (org.) **Novas tecnologias trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FREIRE, Paulo. Trad: Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. **Educação e mudança**. 22 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio. 2.vols., 1954.

GALLO, Sílvio. **Ética e cidadania**. caminhos da Filosofia. 4 ed. Campinas: Papirus, 1997.

GENTILI, Pablo A. A. & SILVA, Tomaz Tadeu. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade – mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta & HADDAD, Sérgio. **O Cenário educacional latino – americano no limiar do Século XXI**. Reformas em Debate. Campinas: Autores Associados, 2000.

IPLANCE – Instituto de Planejamento do Ceará. **Atlas do Ceará**. Fortaleza, 1997.

LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo. Cortez: 1995.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **A hora da prática.** Reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

_____. **A formação contínua do professor nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento profissional.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo – USP. Abril de 2001.

MATTA, Roberto da. **O Que faz o Brasil Brasil?** 7 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação.** Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 8 ed. São Paulo: Loyola, 1998.

MELO, Guiomar Namó de. **Cidadania e competitividade.** São Paulo: Cortez, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social.** Teoria, método e criatividade. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2 ed. São Paulo: Cortêz, 2000.

MUNICÍPIOS DO CEARÁ. Fortaleza: n. 44. Ano V. Outubro/Dezembro 2001. Bimestral.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

PÁDUA, Elizabete Matallo Marchesini. O Trábalo monográfico como iniciação à pesquisa científica. In: **Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas**. 8 ed. Campinas: Papirus, 1998.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio. **Direito à Educação: controle social e exigibilidade judicial**. Rio - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2005.

PORTO, Yeda da Silva. Formação continuada e prática pedagógica recorrente. In: MARIN, Alda Junqueira (org.). **Educação continuada**. Campinas: Papirus, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Colônia. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**. São Paulo: s.n. 1931.

REVISTA PARTIDO VERDE. Fortaleza: n. 1. Ano I. Julho. 2001. Mensal.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo - USP – SP, 2000.

ROBERTS, B.A. Dimensão social da cidadania. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n.33, p. 5-22, fevereiro. 1997.

SAMPAIO, Inês Silvia Vitorino. **Televisão, publicidade e infância**. São Paulo: Anna Blume, 2000.

SANTOS, João Almeida e FILHO, Domingos Parra. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1999.

SAVIANNI, Dermeval. **Escola e democracia**. 30 ed. Campinas: Autores Associados, 1995. Coleção "Polêmicas do nosso tempo".

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Filosofia da educação**. Construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

_____. **Metodologia do trabalho científico**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **O Brasil visto de fora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOUZA, Junior; CEZAR, Saldanha; SAGRA, Luizatto. **Constituições do Brasil**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge & HADDAD, Sérgio (org). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VALA, Victor Vincent;; STOTZ, Eduardo Navarro (orgs.). **Participação Popular, Educação e Saúde: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

VEIGA, Ilma Parsos Alencastro. **A Prática pedagógica do professor de didática**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1994.

VIANNA, Luiz Werneck. **A Transição da Constituinte à sucessão presidencial**. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 4 ed. São Paulo: Record, 2000.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

VIGNERON, Jacques. **Comunicação interpessoal e formação permanente**. São Paulo: Angellara, 1996.

XEREZ, Antônia Solange Pinheiro. **Preparação para a cidadania na escola: Acertos e desacertos**. Fortaleza: ABC, 2001.

XEREZ, Rafael Marcílio. Delegação e Regulação de Serviços Públicos. In: MORAES, Germana de Oliveira (org.) **Temas Atuais de Direito Administrativo**. Fortaleza: ABC, 2000.